



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA

JOÃO PAULO PEREIRA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES DE FILHOS ADOLESCENTES SOBRE O ABANDONO
AFETIVO PATERNO ENTRE ESTUDANTES DO SUBÚRBIO
FERROVIÁRIO DE SALVADOR**

Salvador

2020

JOÃO PAULO PEREIRA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES DE FILHOS ADOLESCENTES SOBRE O ABANDONO
AFETIVO PATERNO ENTRE ESTUDANTES DO SUBÚRBIO
FERROVIÁRIO DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, para defesa pública, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Petrini

Salvador

2020

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

O48 Oliveira, João Paulo Pereira de
Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre
estudantes do subúrbio ferroviário de Salvador / João Paulo Pereira de Olivei-
ra. – Salvador, 2020.
111 f.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Petrini.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade
Contemporânea.

1. Família 2. Paternidade 3. Ressignificação da paternidade 4. Abandono
afetivo paterno 5. Desenvolvimento humano I. Petrini, João Carlos – Orientador
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
III. Título.

CDU 316.356.2-055.1

TERMO DE APROVAÇÃO

João Paulo Pereira de Oliveira

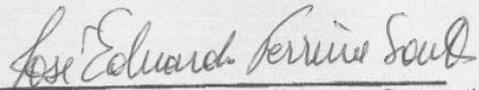
**“Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno
entre estudantes do subúrbio ferroviário de Salvador”**

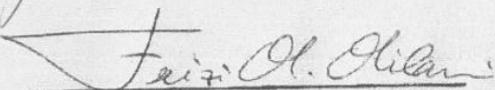
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 30 de março de 2020.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Giancarlo Petrini
Orientador(a) - (UCSAL)


Prof. Dr. José Eduardo Ferreira dos Santos (UCSAL)


Prof. Dr. Feizi Masrour Milani (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família, especialmente aos meus pais, Paulo Vicente e Emidia Oliveira, por continuarem a me incentivar na busca pelo conhecimento.

À minha irmã e meus sobrinhos por compreenderem a minha ausência em momentos sempre muito importantes para dedicação a este estudo.

Ao querido Professor Doutor João Carlos Petrini, a quem tive a honra de ter como orientador e incentivador, um verdadeiro exemplo de dedicação à vida acadêmica com júbilo, pela sabedoria e humanismo com que conduziu todo o processo de estudo.

À Universidade Católica do Salvador por proporcionar um campo interdisciplinar de discussões salutares e ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, reconhecido internacionalmente, ao qual possuo a honra de pertencer.

Registro o meu agradecimento a todo o corpo docente do programa, em especial ao Professor Doutor José Eduardo Ferreira dos Santos, pelo suporte, pela disponibilidade e pela abnegação na construção do conhecimento.

E, sobretudo a Deus, inteligência suprema e causa primária de todas as coisas, por continuar a me inspirar a fé e a decisões acertadas.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo principal discutir percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador, sem deixar de considerar a resignificação pela qual passa a figura paterna na contemporaneidade. Para tanto, optou-se pela adoção do estudo exploratório, com pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Assim, para a coleta de dados, foi elaborado um questionário, aplicado a 100 participantes, e a execução de grupo focal, com 14 participantes dentre os que haviam respondido ao questionário. Os sujeitos da pesquisa são adolescentes, na faixa etária entre 12 a 18 anos de idade, que estivessem cursando entre o 7º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. O local da pesquisa foi uma escola estadual localizada no Subúrbio Ferroviário de Salvador-Bahia. Para a análise e a interpretação dos dados, definiu-se pelo método de abordagem quanti-qualitativo, por considerar os percentuais extraídos dos questionários e as falas obtidas do grupo focal. Constatou-se o registro de adolescentes moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador que, considerando suas perspectivas, parecem enfrentar a situação do abandono afetivo paterno, a qual pode ser compreendida em razão dos 27% dos(as) entrevistados(as) que afirmaram não verem seus pais, em especial quando associado aos 13% que declararam ver o pai esporadicamente e pelo fato de que 24% consideraram que a relação com pai seja ruim. Além disso, os adolescentes entrevistados(as) estão inseridos nas mais diferentes configurações familiares (nuclear, monoparental, estendida e substituta), sendo que nas famílias monoparentais, tanto mulheres (que são a maioria) quanto homens têm exercido os papéis e funções que, socialmente, esperava-se que fossem compartilhados entre os genitores. Verificou-se, ainda, que a relevância de dar atenção aos prováveis efeitos do abandono afetivo paterno é demarcado pelos 41% dos(as) entrevistados(as) que afirmaram sofrer interferências da falta de convívio com o pai, tais como: sentimento de abandono, rejeição, culpa, depressão e até mesmo pensamentos suicidas. Ademais, notamos que a figura paterna, analisada por meio da palavra “pai”, recebeu conotação ora positiva (e.g. segurança, identidade e alicerce), ora negativa (e.g. ausência, atraso, ódio e decepção) por parte dos(as) entrevistados(as), o que reflete os conflitos presentes na relação pai-filho(a). Por fim, destaca-se que, quanto ao papel do pai na atualidade, verificamos indícios que levam à compreensão de um paradoxo entre as expectativas dos(as) entrevistados(as) – pais presentes, compreensivos e amorosos – e a realidade que por vezes observam – ausência paterna, falta de diálogo entre pai e filho, e até mesmo situações de violência no âmbito familiar provocadas pelo pai. Conclui-se, portanto, que, em alguns jovens, registra-se a percepção de estarem enfrentando a situação do abandono afetivo paterno, o que pode vir a incidir negativamente sobre seu desenvolvimento biopsicossocioemocional, e que isso imputa a urgência de intervenções de diferentes instâncias da sociedade. Por outro lado, há aqueles(as) para os/as quais a relação efetiva paterna é satisfatória, indicando assim uma boa relação entre pais e filhos(as).

Palavras-chave: Família. Paternidade. Resignificação da paternidade. Abandono afetivo paterno. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to discuss the perceptions of adolescent children about affective abandonment among students in the Suburbia Ferroviário de Salvador, while taking into account the resignification that the father figure goes through in contemporary times. For that, it was decided to adopt the exploratory study, with bibliographic research and field research. Thus, for data collection, a questionnaire was developed, applied to 100 participants, and the execution of a focus group, with 14 participants among those who had answered the questionnaire. The research subjects are teenagers, aged 12 to 18 years old, who were studying between the 7th year of elementary school and the 3rd year of high school. The research site was a state school located in the Subúrbio Ferroviário of Salvador-Bahia. For the analysis and interpretation of the data, it was defined by the method of quantitative-qualitative approach, considering the percentages extracted from the questionnaires and the statements obtained from the focus group. There was a record of adolescents living in the Subúrbio Ferroviário de Salvador who, considering their perspectives, seem to face the situation of parental affective abandonment, which can be understood due to the 27% of the interviewees who said they did not see their parents, especially when associated with the 13% who declared seeing their father sporadically and due to the fact that 24% considered their relationship with their father to be bad. In addition, the interviewed adolescents are inserted in the most different family configurations (nuclear, single-parent, extended and substitute), and in single-parent families, both women (who are the majority) and men have exercised the roles and functions that, socially, they were expected to be shared among parents. It was also found that the relevance of paying attention to the probable effects of paternal affective abandonment is demarcated by the 41% of the interviewees who stated that they suffered interference from the lack of contact with the father, such as: feeling of abandonment, rejection, guilt, depression and even suicidal thoughts. Furthermore, we note that the paternal figure, analyzed through the word "father", received connotations at times positive (eg security, identity and foundation), at times negative (eg absence, delay, hatred and disappointment) by the interviewees (as), which reflects the conflicts present in the parent-child relationship. Finally, it is highlighted that, regarding the role of the father today, we see evidence that leads to the understanding of a paradox between the expectations of the interviewees - parents present, understanding and loving - and the reality that sometimes observe - paternal absence, lack of dialogue between father and son, and even situations of violence within the family caused by the father. It is concluded, therefore, that, in some young people, there is a perception that they are facing the situation of parental affective abandonment, which may have a negative impact on their biopsychosocioemotional development, and that this imputes the urgency of interventions from different instances of society. On the other hand, there are those for whom the effective paternal relationship is satisfactory, thus indicating a good relationship between parents and children.

Keywords: Family. Paternity. Resignification of paternity. Paternal affective abandonment. Human development.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	O desenvolvimento humano e suas características - Papalia e Feldman (2013).....	30
Quadro 2	O desenvolvimento humano em diferentes linhas teóricas - Papalia e Feldman (2013).....	38
Tabela 1	Perfil dos entrevistados.....	57
Tabela 2	Pessoas com quem o(a) entrevistado(a) reside.....	63
Tabela 3	Principal origem da renda familiar.....	67
Tabela 4	Se o pai reside na mesma cidade que o(a) entrevistado(a).....	69
Tabela 5	Se os pais do(a) entrevistado(a) são casados.....	69
Tabela 6	Com que frequência o(a) entrevistado(a) vê o pai.....	71
Tabela 7	Se o(a) entrevistado(a) mantém contato o pai por outros meios.....	71
Tabela 8	De que forma o(a) entrevistado(a) considera sua relação com o pai.....	72
Tabela 9	Se a falta de convívio com o pai interfere na vida do(a)entrevistado(a).....	73
Tabela 10	Que atitude do pai o(a) entrevistado(a) reprova.....	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O ABANDONO AFETIVO PATERNO	13
2.1	DEFINIÇÕES DE ABANDONO.....	14
2.1.1	Uma visão jurídica	15
2.1.2	Uma visão sociológica	19
2.1.3	Uma visão psicológica	21
2.2	A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES FAMILIARES E A FIGURA PATERNA NA CONTEMPORANEIDADE.....	24
3	QUESTÕES RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO	30
3.1	TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA.....	30
3.1.1	Gestalt-terapia	32
3.1.2	Psicanálise x behaviorismo	32
3.1.3	Psicologia cognitiva	34
3.1.3.1	<i>Jean Piaget</i>	35
3.1.3.2	<i>Lev Vygotski</i>	36
3.2	AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA.....	37
3.3	A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	45
3.4	A FIGURA PATERNA E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	47
3.5	FATORES EXTERNOS QUE INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO.....	50
3.5.1	A ideia de presença	51
3.5.2	Abandono	52
4	PERCURSO METODOLÓGICO	55
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	55
4.2	TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO.....	55
4.3	LOCAL DA PESQUISA E OS PARTICIPANTES.....	55

4.4	TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	58
4.5	QUESTÕES ÉTICAS.....	59
4.6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	60
5	APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	62
5.1	ANÁLISE DAS CATEGORIAIS DO QUESTIONÁRIO.....	63
5.1.1	Com quem o(a) entrevistado(a) reside.....	63
5.1.2	Se o pai reside na mesma cidade que o(a) entrevistado(a).....	68
5.1.3	Se os pais do(a) entrevistado(a) são casados.....	69
5.1.4	Com que frequência o(a) entrevistado(a) vê o pai.....	70
5.1.5	Se o(a) entrevistado(a) mantém contato com o pai por outros meios que não pessoalmente.....	71
5.1.6	De que forma o(a) entrevistado(a) considera sua relação com o pai.....	72
5.1.7	Se a falta de convívio com o pai interfere na vida do(a) entrevistado(a).....	73
5.1.8	Quais atitudes do pai o(a) entrevistado(a) reprova.....	78
5.2	CATEGORIAIS IDENTIFICADAS A PARTIR DO GRUPO FOCAL.....	80
5.2.1	O que representa a palavra “pai”.....	81
5.2.2	A figura do pai na contemporaneidade.....	84
5.2.3	O comportamento dos pais pode ser reflexo da criação que receberam.....	85
5.2.4	É possível perdoar o pai ausente ou superar as consequências do abandono.....	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	103
	APÊNDICE B – QUESTÕES DISPARADORAS DO GRUPO FOCAL.....	104
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	105
	APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO (PARA MENOR).....	107

1 INTRODUÇÃO

As inúmeras versões da paternidade, no contexto atual, não podem ser devidamente caracterizadas e compreendidas sem que seja considerada a relevância que foi dada à figura paterna na configuração familiar ao longo da história e formação social do Brasil no que se refere à família e suas mais diversas concepções.

A complexidade do tema reside justamente na necessidade de se definir funções e papéis a serem ocupados por cada membro da família. O foco na praticidade de se enquadrar a paternidade a determinadas práticas e comportamentos que, durante muito tempo, lhe foram característicos, mostrou-se ineficaz do ponto de vista da reflexão acerca da importância da individualidade do homem que, em um determinado momento, passa a assumir essa nova condição, a de ser pai e corresponsável afetivo, legal e financeiro de uma criança.

O reconhecimento desse sujeito social, que passa a se perceber enquanto pai, e tudo o que advém a partir desse reconhecimento, requer uma compreensão e uma identificação de si mesmo, dos sentidos múltiplos que tal identificação gera e, muito mais, da reconstrução de papéis, uma demanda que se intensifica com as novas configurações familiares.

É verdade que o tema “família” é objeto de pesquisa de uma série de estudos e tem sido o ponto de partida para discussões em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, a paternidade, as causas objetivas e subjacentes que causam o abandono paterno e, sobretudo, de que maneira isso afeta o desenvolvimento de uma criança desde a infância até a idade adulta, requer uma discussão mais profunda.

O abandono paterno tem se mostrado como uma das facetas da realidade das famílias brasileiras. A título de exemplo, pode-se considerar que, embora o registro civil e o reconhecimento de paternidade sejam direitos básicos de qualquer cidadão brasileiro ao nascer, estes nem sempre são concretizados. Segundo informação replicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dados do Censo Escolar de 2009 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) identificou 4.869.363 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e três) alunos para os quais

não existe informação sobre o nome do pai, dos quais 3.853.972 (três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e dois) eram menores de 18 anos. Além disso, dados do Censo de 2010 apontam que cerca de 600 mil crianças de até 10 anos de idade não possuem registro de nascimento no País (CNJ, 2015).

Por isso, com o intuito de mudar esse quadro, o CNJ instituiu em 2010, por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, um conjunto de regras e procedimentos para agilizar o reconhecimento de paternidade, por meio do Provimento n. 12 da Corregedoria Nacional de Justiça, de 06 de agosto de 2010 que dispõe sobre o reconhecimento de paternidade dos alunos para os quais não existe informação sobre o nome do pai, estabelecendo um conjunto de medidas a serem adotadas pelos juízes com o objetivo de identificar os pais e garantir o registro. A partir dessa decisão judicial, o CNJ colocou em prática o Programa Pai Presente, uma das ações que buscam fomentar o registro civil de nascimento e o reconhecimento de paternidade, ainda que tardios, o que já possibilitou a inclusão do nome do pai na certidão de nascimento milhares pessoas (CNJ, 2015).

Parte-se, assim, da problemática que circunda o tema do abandono afetivo paterno e suas consequências para o desenvolvimento humano, com o propósito de investigar questões laterais que poderiam elucidar a temática do abandono e respaldar a discussão acerca das marcas deixadas pelo abandono na vida de indivíduos.

Diante disso, o intuito deste estudo é discutir o abandono afetivo paterno para o desenvolvimento humano, considerando os novos significados da figura paterna no contexto atual. Para tanto, serão problematizados os conceitos de família e o novo entendimento que se tem sobre paternidade. Além disso, busca-se apresentar o abandono afetivo como um conceito amplo, que está em consonância com essa nova percepção das obrigações parentais, ainda que fora do ambiente familiar.

Definiu-se, então, como objetivo principal discutir percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador, sem deixar de considerar a ressignificação pela qual passa a figura paterna na contemporaneidade.

Estabeleceram-se por objetivos específicos:

- a) Refletir sobre o conceito de paternidade e de abandono paterno no contexto contemporâneo;

- b) Levantar dados referentes ao registro de abandono paterno a adolescentes, mediante uma pesquisa de campo realizada em uma escola estadual do Subúrbio Ferroviário de Salvador - Bahia;
- c) Identificar percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno.

Esta dissertação está distribuída em capítulos, a saber: além do capítulo 1, que corresponde à Introdução, o capítulo 2, que oferece uma reflexão acerca do abandono afetivo paterno, apresenta as definições de abandono e considera os novos significados da figura paterna no contexto atual; o capítulo 3 que trata das questões relacionadas ao desenvolvimento humano e suas principais vertentes teóricas; o capítulo 4 que descreve o percurso metodológico adotado; o capítulo 5, no qual são expostos os dados coletados bem como as análises e inferências obtidas a partir destes; e por fim, o capítulo 6, no qual são expostas as principais informações provenientes do desenvolvimento da pesquisa assim como comentários aos questionamentos que poderão resultar em estudos futuros.

Neste momento introdutório, mostra-se relevante também elucidar a motivação para a escolha do tema, resultado da trajetória acadêmica e profissional deste pesquisador. Ao longo da formação em Psicologia, concluída em 2017, pela Faculdade Castro Alves, busquei adquirir um conhecimento diversificado em várias áreas e linhas de pesquisa com o intuito de ampliar minha formação por entender que os saberes são múltiplos e se alimentam das inúmeras teorias e conceitos a respeito do comportamento e da psique humana. Desse modo, investi, em uma percepção sobre a atuação do psicólogo frente aos diferentes núcleos de relacionamento do homem e, evidentemente, na investigação do indivíduo como um ser complexo e em constantes mudanças, sobretudo no que diz respeito à construção, afirmação e representação da sua identidade. Dada essa complexidade da mente humana em seus aspectos psíquicos, entendi que é fundamental, para minha formação e atuação profissional, a investigação dos temas diversos que estão associados à subjetividade através da qual se constrói o sujeito, buscando formas de entender as experiências humanas como originárias do contato e da relação que o ser humano tem com o mundo e os significados que a ele atribui.

Associado a isso, o que motiva esta pesquisa em torno das questões sobre o abandono afetivo paterno é uma inquietação advinda das problematizações e discussões ao longo da disciplina *Família, pessoa, cultura e sociedade*, do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, ministrada pelo professor João Carlos Petrini, no segundo semestre de 2017. Nessa disciplina, dentre os materiais de apoio, foi abordada uma obra de Alexander Mitscherlich, publicada em 1963, intitulada “Verso una società senza padre: idee per una psicologia sociale” em que o autor aborda a problemática da falta de pai. Essas informações me conduziram à inquietação de tentar compreender, como que, em décadas posteriores ao referido estudo, as crianças se viriam diante da figura paterna. Em outras palavras: Estaríamos rumo a uma sociedade “sem pai”? Como seria então essa sociedade? De que forma a figura do pai passaria a ser vista diante das recentes mudanças na configuração das famílias? De que forma os sujeitos, especificamente os filhos, seriam afetados por essa ausência afetiva paterna? Sendo assim, a partir disso, foi construído o projeto de Mestrado submetido à seleção para ingresso como aluno regular e que por hora encontra-se em desenvolvimento.

2 O ABANDONO AFETIVO PATERNO

A condição de ser pai foi associada ao espaço por ele ocupado no contexto familiar e foi se modificando ao longo da história. Isso se deve a variações culturais associadas a fatores sócio-históricos e ao entendimento coletivo da representação do pai na vida do filho e, conseqüentemente, na família e nos relacionamentos que advém da sua formação.

Considerando as inúmeras mudanças pelas quais atravessou a paternidade ao longo dos últimos séculos, a situação de abandono afetivo foi surgindo no meio social como um comportamento repreensível e injustificado, embora os deslocamentos de papéis tenham causado grande confusão no que se refere às responsabilidades conferidas à figura paterna. O que se pode observar, com alguma segurança, é o aumento da participação do pai na vida do seu filho.

Para além da paternidade como uma mera função ocupada na família pela figura masculina, Donati (2008) convoca a uma reflexão acerca da paternidade como algo muito mais amplo que apenas o exercício de uma função. A abordagem relacional que ele propõe analisa de que maneira a identidade do homem é afetada/construída a partir do momento em que ele percebe que será pai.

Tal visão é mais produtiva, pois é sensível à percepção do pai sobre si mesmo, como homem, como indivíduo e como participante de um processo que envolve toda a família. Assim, as referências simbólicas e vínculos estruturais a que Donati (2008) se refere encontram ressonância no aspecto social das relações que se estabelecem entre sujeitos humanos. As circunstâncias da vida social, portanto, é que conduzem à reflexão sobre os fenômenos que podem ser observados em toda sua dinamicidade.

Muitos autores tratam, percorrendo caminhos diversos, do que supostamente seria o “novo conceito de paternidade”. Piccinini *et al.* (2004), ao tratar do envolvimento paterno durante a gestação, sugere que esse novo conceito se pauta no comportamento do pai. Eles partem dos estudos de Pleck, Charnov e Levine (1985) sobre a avaliação do comportamento paterno considerando três dimensões: interação, acessibilidade à criança e responsabilidade. A interação diz respeito ao contato direto com o filho, cuidados e atividades compartilhadas; a acessibilidade corresponde à presença ou disponibilidade para a criança; a responsabilidade, por sua vez, está associada aos cuidados e recursos que o pai oferece à criança.

Atualmente, segundo Piccinni *et al.* (2004), aspectos qualitativos, tais como a qualidade e o conteúdo do envolvimento paterno, são também avaliados. Os autores ressaltam que a dificuldade de um relacionamento afetivo estreito entre pai e filho surge desde a gestação e pode acompanhá-los até a idade adulta. Frise-se que os estudos sobre a participação do pai no desenvolvimento infantil, por exemplo, só passaram a ser objeto de discussão nos últimos 25 anos¹.

Dessa maneira, a relevância que passa a ter a paternidade – seja na prática das relações familiares seja no centro dos estudos sobre a família – implica responsabilidades que antes não eram atribuídas aos pais, o que requer uma adaptação que não é apenas do pai e do filho, é também da sociedade, de maneira geral. A humanização da figura paterna, portanto, diz respeito à caracterização que é feita sobre o humano: dessa maneira, o pai precisa demonstrar afeto para que suas características paternas sejam delineadas de maneira mais abrangente.

A resignificação da paternidade, desse modo, implica variabilidade de funções tanto em relação ao pai quanto à mãe e tais funções não devem ser dissociadas nessa análise. No momento em que a criança é vítima do abandono afetivo paterno, lacunas deixam de ser, invariavelmente, preenchidas, e os prejuízos podem ser imensuráveis, em alguns casos.

Assim, na perspectiva atual, a paternidade assume novas características, as quais estão associadas à afetividade, o que não é visto apenas como uma oferta gratuita na direção pai-filho, mas que implica, inclusive, uma responsabilidade legal, haja vista o prejuízo que sua ausência pode vir a causar no desenvolvimento da criança. Por tudo isso, o abandono afetivo paterno toma assento nas discussões sobre o conceito de família na atualidade e requer uma reflexão dos conceitos que as circundam, sob diferentes pontos de vista.

2.1 DEFINIÇÕES DE ABANDONO

O abandono paterno está ligado a uma série de fatores e pode ser estudado a partir de distintas perspectivas e áreas de estudo. Ele é marca do aumento do individualismo nas relações, mas também pode ser consequência de uma situação

¹ Segundo Piccinni *et al.* (2004), estudos pioneiros foram realizados por Costa e Katz (1992); Lewis e Dessen (1999).

de risco e um contexto de divórcio. Soejima e Weber (2008) definem o abandono como:

Um fato social total que só se desvela se compreendido historicamente nas suas vertentes biológicas e psicológicas, culturais e socioeconômicas e não de um modo essencialista, seja qual for a “essência” eleita ou a sua justificação. (SOEJIMA; WEBER, 2008, p. 4).

A perspectiva sociológica da definição dos autores, apesar de estar relacionada à figura materna, ressalta que o abandono, enquanto fenômeno, é precedido por fatores culturais e históricos e repercute na vida da criança de maneira decisiva, além de afetar toda a estrutura familiar.

Brito (2007), por sua vez, conclui, a partir de uma pesquisa realizada com 30 pessoas, as consequências do divórcio dos pais em suas vidas. Os conceitos de abandono que aparecem nas entrevistas são os mais diversos e baseiam-se nos conflitos dos pais em situações de separação em que se sentiram abandonados, com diferentes níveis de percepção.

Diante da complexidade do tema, a questão do abandono afetivo será apresentada sob três vieses: estudos nas áreas jurídicas, das ciências sociais e psicológicas.

2.1.1 Uma visão jurídica

O abandono afetivo paterno é um tema relativamente recente no ambiente jurídico e está pautado muito mais nas consequências que tal abandono pode causar para o indivíduo durante toda sua vida, as quais podem ser profundas e irreversíveis, causando grande impacto na construção da sua identidade.

Weishaupt e Sartori (2014, p. 34) tratam do tema, ressaltando que as demandas judiciais têm se concentrado na busca pela atribuição de um valor monetário em casos de negligência de afeto. Tais pedidos fundamentam-se no princípio da dignidade humana e valor supremo de uma paternidade responsável, o que revela, na prática, a “patrimonialização das relações afetivas”. As autoras destacam, ainda, que não há um dispositivo legal específico que contemple esses casos. Assim, “[...] o julgador precisa se valer de fundamentos jurídicos, tais como os

princípios constitucionais e específicos do direito de família para balizar suas decisões” (*ibidem*, p. 17).

No que diz respeito à dignidade humana, a Constituição brasileira não a inseriu em seu art. 5º, que trata dos direitos fundamentais, mas a considera um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, em seu art. 1º, como base de todos os direitos constitucionais. Esse princípio constitucional está, ainda, inserido no rol das cláusulas pétreas do art. 60 da Constituição. Dessa forma, o princípio da dignidade humana foi considerado uma conquista para todo ser humano no ordenamento jurídico brasileiro (WEISHAUPT; SARTORI, 2014).

As autoras supracitadas também sublinham que o respeito ao princípio da dignidade humana constitui-se como base da comunidade familiar e, assim sendo, garante e reconhece a importante função que cada um dos seus membros desempenha, ainda que o sentido de função que apresentem esteja associado a uma visão tradicional do que é ser pai. Como se vê, a perspectiva jurídica, em observância ao princípio da dignidade humana, estende as consequências do abandono afetivo paterno para toda a família, enquanto grupo uno que é.

Por outro viés, a responsabilidade do pai em relação ao seu filho é um fator importante do ponto de vista jurídico porque requer uma avaliação detalhada do caso, já que muitas variantes são levadas em conta a esse respeito. Brito (2007) debate essas questões explicando que o comportamento dos pais após a separação interfere no contexto familiar, principalmente no que se refere à guarda dos filhos.

Esse sistema de judicialização familiar, como é chamado por Brito (2007), termina por tocar em temas delicados que atravessam o Direito, mas que são aprofundados e tratados pela Psicologia. Para os operadores do direito, falta um conhecimento específico e sensibilidade profissional para responder a essa demanda. Para os psicólogos, por sua vez, falta o conhecimento jurídico necessário para transitar pelo campo jurídico. O ideal é o que o caso seja tratado de forma interdisciplinar.

Outra crítica feita por Brito (2007) refere-se ao posicionamento do Estado, que, diante da questão do abandono familiar, parece priorizar as regras e não a defesa e o cuidado com as crianças, vítimas primeira da ausência paterna. Há que se considerar, contudo, o aspecto político da paternidade normatizada juridicamente.

Sobre isso, é preciso acrescentar que muito mais importante do que fazer cumprir uma ação de alimentos por meio da determinação de descontos no ordenado no pai, há um problema sócio-jurídico bastante grave e igualmente importante no que se refere ao abandono. Do ponto de vista da criança, uma verdadeira disputa é instaurada em divórcios, por exemplo. De um lado, a mãe passa a reivindicar os direitos monetários; do outro, o pai reclama o direito de visitas. Diante de todo esse conflito, a criança, muitas vezes, sente-se perdida e abandonada, de fato.

Perucchi e Toneli (2008) discutem essa questão afirmando que a importância que o sistema jurídico tem dado à paternidade serve como ponto de partida para a transformação de processos sociais, tendo em vista que proporciona a designação de funções que devem ser exercidas pelos sujeitos:

As práticas judiciárias, como tantas outras, são constituídas por práticas de exercício do poder que se sustentam a partir de determinados discursos que lhes conferem estatuto de verdade. Esses regimes de poder constituem as instituições, atravessam a vida cotidiana e as diversas esferas sociais. (...) A jurisprudência, como fonte do Direito, é um dispositivo que configura seus vetores de força nas redes discursivas da norma jurídica. O código legal que a jurisprudência enuncia define as condutas, identifica o sujeito; o código atravessa a subjetividade. (PERUCCHI; TONELI, 2008. p. 140).

Assim, a interpretação jurídica, no Brasil, concentra seus esforços em dialogar com outras áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Medicina e a Sociologia, para tratar de questões como o abandono afetivo paterno e discutir a parentalidade e indicando os papéis parentais, punindo, inclusive, quando necessário.

Entretanto, a questão do abandono é tratada como consequência jurídica ao direito da criança. Assim, a responsabilização do pai vem do entendimento do que é ser pai nos diferentes contextos em que suas faces são desveladas. Para as autoras:

A paternidade, como individualidade que conserva sua essência nos diferentes contextos, não existe. Ela é objetivada por meios de estratégias de poder complexamente articuladas aos saberes que lhe dão condições de existência. (PERUCCHI; TONELI, 2008, p.153).

Tal visão, lastreada nas relações de poder, amplamente discutidas por Michel Foucault (1995) em *O sujeito e o poder*, correspondem a uma perspectiva histórica acerca da paternidade, o que a individualiza, do ponto de vista jurídico, e revela seu grau de importância nas relações de poder em que foi construída em cada época.

Tejadas (2009, p. 229) interpreta as demandas judiciais em relação a casos de abandono afetivo paterno, por exemplo, como “[...] intervenções da justiça na vida privada e, especialmente, na instituição família”. Segundo a autora, as velhas formas de disciplinamento familiar convivem, hoje, com novas formas de intervenção e tornam-se juridicamente aceitáveis. Sendo assim, os aspectos históricos são de suma importância para entender a evolução das exigências jurídicas no que se refere à paternidade.

A partir do momento em que a família assume responsabilidades antes atribuídas ao Estado, este passa a assumir outras funções assistencialistas, mas não perde de vista a conformação de um modelo de família, de hábitos moralizados e costumes regrados. A fase de expansão industrial do modo de produção capitalista marca esse período (TEJADAS, 2009).

Todas essas marcas de outros períodos históricos terminam por contribuir para que o sistema de justiça passasse a ser acionado caso a família – e por consequência seus membros – não cumprisse seu papel. Por conseguinte, foi instituído o divórcio e a ele seguiram-se as obrigações concernentes ao filho fruto da união conjugal. Tejadas (2009) enfatiza, contudo, que o sistema de justiça precisa atuar em um momento de transição em que convivem as novas formas de viver socialmente construídas e as velhas práticas de controle sobre a família.

Assim, quando um pai é cobrado em relação às suas obrigações paternas, esse mesmo pai vê-se fora de um espaço que antes ocupava e que foi totalmente (des)construído e, ao mesmo tempo, novas possibilidades de participação na vida do filho que passam, inclusive, pelo aspecto afetivo.

Quando a justiça precisa ser acionada para solicitar do pai sua presença afetiva na vida do filho, todas essas questões devem ser levadas em consideração, além da importância da sua presença para o desenvolvimento humano da criança ao longo da sua vida.

De todo modo, a condição de ser pai, na atualidade, representa responsabilidade em vários níveis; e o afeto, ainda que seja um aspecto subjetivo a

ser considerado, porque difícil de ser identificado e mensurado, impõe-se, de igual forma, como central na relação entre pai e filho, restando ao sistema judiciário, quando acionado, investigar de que maneira ele se configura no contexto familiar.

Não se pode negar, contudo, que as punições previstas no direito nunca serão suficientes para suprir os efeitos sociais, psicológicos e, principalmente, afetivos que o abandono paterno pode causar a um indivíduo. Trata-se de um tema distante de ser pacificado no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista a subjetividade que o circunda. A violação à honra e à imagem, uma das justificativas mais comuns em processos de abandono afetivo paterno, podem causar efeitos imensuráveis, que a indenização não será capaz de cobrir.

2.1.2 Uma visão sociológica

A discussão sociológica acerca do abandono afetivo paterno parte, principalmente, de dois vieses. Primeiro, as motivações dos pais em abandonar seus filhos. O segundo viés está concentrado nas consequências que tal ato pode ocasionar na vida do indivíduo.

No caso brasileiro, destacam Cúnico e Arpini (2013) que, apesar do aumento do número de casos de abandono, o pai é também mais participativo do que há tempos atrás. A “paternidade em transformação”, como entendem as autoras, é marcada pela preocupação mais acentuada do pai com a saúde e estudos do filho, reflexo da evolução dos papéis de gênero na família. A paternidade, todavia, é vivida de maneira muito particular e por isso não há um modelo paterno único. Desse modo: “[...] a paternidade é uma experiência que se constrói em vários níveis, nos quais os aspectos socioculturais estariam associados a ser provedor de recursos e os aspectos relacionais, ao relacionamento com a mãe das crianças” (*ibidem*, p. 34).

É preciso lembrar que a reorganização dos arranjos familiares repercutiu diretamente nos papéis parentais, de modo a atingir a vinculação dos homens com a paternidade, em alguma medida reforçando-a, em outra medida empobrecendo-a. Por isso a ausência do pai na vida do filho é, segundo as autoras, um preocupante fenômeno social no Brasil. O fenômeno do abandono, portanto, precisa ser compreendido em toda sua amplitude social, visto que assim pode ser possível realizar um trabalho preventivo.

Quando se trata de separação conjugal, por outro lado, a presunção inicial de guarda compartilhada por ambos os genitores passa a ser um instituto jurídico usado para convocar tanto pai quanto mãe a assumirem suas responsabilidades. O pagamento de pensão, portanto, não é única forma de contribuir para atender as necessidades dos filhos, visto que o afeto é, em alguma medida, mais importante que o pagamento de despesas.

É preciso também ressaltar que o abandono pode ser fruto de uma ausência paterna, um conceito que comporta, inclusive, mais de uma definição. Segundo Sganzerla e Levandowski (2010), a primeira diz respeito à falta de afeto do pai no sentido de distância emocional, que pode, inclusive, ser observada quando há presença física do pai. A ausência paterna ocorre, também, quando há falta de contato entre pai e filho em casos de separação conjugal, morte, alienação parental ou quando há mudança de local de trabalho para outra cidade. A ausência pode ser entendida, segundo as autoras, como um início de abandono ou mesmo o próprio abandono.

Em todo caso, os danos que tal abandono pode causar são muitos e variados e não atingem apenas a criança. É comum, por exemplo, que o indivíduo busque, em idade adulta, as razões pelas quais sofreu o abandono e esse é um processo, via de regra, doloroso para todos os envolvidos. Em relação ao grupo familiar, os papéis ocupados por cada membro passam por uma reorganização de funções antes ocupada pela figura do pai.

Charles Bicca (2015, p. 91), sobre o custo social do abandono afetivo, é enfático ao tratar dos “[...] graves reflexos da paternidade irresponsável em toda a sociedade brasileira e os prejuízos causados”. Dentre esses, o autor acrescenta:

Destaca-se a grande influência da figura paterna na formação da criança e do adolescente, e cuja ausência pode inclusive influenciar na entrada do adolescente no mundo do crime. É evidente que isso vai depender de diversos fatores, da estrutura psicossocial de cada um, de outras figuras de identificação a substituir a figura paterna, ou seja, não é determinante. (BICCA, 2015, p. 93).

Não há certezas quanto ao comportamento futuro de uma criança. Entretanto, indicadores sociais e pesquisas na área da Psicologia, segundo Bicca (2015), revelam que a forma como o indivíduo lida com o mundo a sua volta e a maneira

como ele constitui seu processo identitário tem íntima relação com os laços afetivos construídos ao longo da sua vida desde a infância.

Para o referido autor, as medidas punitivas pela não responsabilização paterna geram um grande impacto social na medida em que podem balizar o comportamento dos pais e mesmo a decisão por participar da gestação de uma criança. A conduta omissiva, na visão de Bicca (2015), tende a ser desestimulada com a punição do judiciário para os casos de abandono afetivo.

2.1.3 Uma visão psicológica

Ao propor uma conceituação de família a partir das expressões “fragmentação da família e ausência de pai”, Anatrella (2009) aponta dois problemas importantes a serem considerados no que se refere à educação e a vida familiar que determinam o comportamento futuro dos indivíduos. A perspectiva de Anatrella, na área da Psicologia, considera a importância da estabilidade das relações familiares para o indivíduo nas diversas fases da sua vida.

A dimensão simbólica da paternidade foi, segundo o autor, modificada. Isso porque “[...] os pais continuam a estarem presentes, mas a função paternal é que foi desvalorizada” (*ibidem*, p. 977). A estrutura psíquica e social dos indivíduos sofreu consequências consideráveis com o afastamento da função paternal:

[...] a fragilização cada vez maior da autoimagem masculina que não pode ser formada fora do sistema simbólico paternal; os problemas relativos à filiação, o aumento dos comportamentos vinculados à dependência química, perda de sentido dos limites (toxicomania, bulimia/anorexia, práticas sexuais impulsivas), mas, sobretudo, as dificuldades de lidar com a realidade e de se socializar, isto é, a dificuldade de se institucionalizar, de adquirir uma consciência histórica, e por fim, de desenvolver laços sociais. (ANATRELLA, 2009, p. 978).

De fato, levando-se em conta esse contexto, a ausência da figura paterna, considerando a sua construção simbólica em termos históricos, altera de forma significativa a percepção de mundo e de si mesmo que o sujeito tem frente à realidade que o circunda. Por esse motivo, a imagem do pai, no entendimento de Anatrella (2009, p. 979), “[...] é resultado de uma alquimia psíquica elaborada pelo indivíduo desde a infância”.

A reflexão feita por Anatrella aponta as dificuldades que o pai possui no que se refere à função paternal (no seu sentido mais estrito) que, segundo o autor, estaria desvalorizada, em parte, por causa da ascensão do feminino e sua representação social. Tais dificuldades convivem, anos depois, com o acentuado abandono afetivo que advém do aumento de separações conjugais e, principalmente, do individualismo e da efemeridade das relações humanas.

Segundo salienta Anatrella, visto que a ausência de afeto e a falta de responsabilização para com a criança podem vir a causar o abandono como prática desse mesmo indivíduo em outra fase da vida, já que lhe faltou parte do afeto necessário para sua formação psíquica. Essa ausência, associada à baixa estima, pode desencadear reações das mais diversas, e mesmo a resignação ao abandono pode prejudicar a forma como o indivíduo lida com as diversas situações da vida.

A reflexão de Passos (2007) contribui para essa discussão, pois investiga a maneira pela qual os laços familiares se constituem em tempos de individualismo. A autora argumenta que a subjetivação dos filhos é atingida pelas mudanças no tocante à parentalidade que é afetada pelo individualismo exacerbado presente nas relações.

As referências, que se encontram difusas com essas mudanças, fazem com que os filhos sintam-se, em geral, perdidos em busca de novos referenciais e os laços afetivos são princípios que servem a esse propósito. Laços esses que, segundo a autora:

Estão nas bordas, constituindo e sustentando tanto as relações internas quanto as externas, bem como as interfaces entre ambas. No interior da família, a criação dos laços depende de um processamento psíquico cujo dispositivo central é uma economia de investimentos libidinais, dos quais decorrem os lugares e as funções de cada membro, indispensáveis ao processo de subjetivação. (PASSOS, 2007, p. 118).

Quando uma criança é vítima de um abandono afetivo, seja ele qual for, os referenciais necessários para sua construção subjetiva tornam-se fragmentados e confusos. No caso do abandono afetivo paterno, ainda que sejam considerados os novos rearranjos familiares, é preciso que as funções ocupadas pelo pai historicamente sejam redistribuídas, sob a pena de prejudicar a formação do indivíduo.

O abandono de si mesmo, como bem acrescenta Passos (2007), característica bastante peculiar das relações individualistas às quais o sujeito se submete, levam-no a suportar a si mesmo e evitar lidar com o outro, negando-o, o que alimenta sua solidão. Contudo, apesar do crescente individualismo que atinge as relações humanas como um todo, mas também as relações conjugais de forma particular, os casais ainda optam por terem filhos, o que, segundo Passos, ocorre com um propósito de continuidade e perpetuação de si mesmo, o que termina por reafirmar a condição egocêntrica e utilitarista das relações.

Por tudo isso, e devido à importância da família ao longo da formação da criança, “[...] é preciso que ela seja reconhecida como filho, com tudo o que lhe é próprio. O não reconhecimento nessas bases poderá ter repercussões nefastas nos processos de constituição psíquica e de subjetividade infantil” (PASSOS, 2007, p. 120).

O individualismo a que Passos (2007, p. 83) se refere representa o que Lipovetsky (2005) tratou como volatilidade e desestabilização do eu em busca “[...] de uma afirmação triunfante de um indivíduo que é senhor de si mesmo”. Assim, acumulam-se sintomas psicossomáticos, distúrbios compulsivos, depressões, ansiedades, tentativas de suicídio, dentre outros, como reflexo dessa volatilidade das relações.

Abandonar afetivamente um filho pode, nesse sentido, representar essa fuga para si mesmo, visto que os sentimentos pelo outro parecem desordenados. Àquele que sofre com tal abandono, no entanto, restam as consequências psíquicas, dentre as quais a falta de investimento em laços afetivos, o que pode gerar um ciclo contínuo de abandono.

Diante da importância de compreender as questões em torno do abandono paterno e seus impactos na vida familiar, é relevante considerar a interferência das novas relações familiares e o delineamento da figura paterna na contemporaneidade.

2.2 A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES FAMILIARES E A FIGURA PATERNA NA CONTEMPORANEIDADE

A emergência de novas configurações familiares contribuiu, de maneira decisiva, para que a figura paterna fosse ressignificada. Se antes as questões morais eram fundamentais para a família ser bem vista pela sociedade, atualmente, a questão central passa a ser a acolhida, o afeto e a afinidade, esses os aspectos basilares nas relações familiares, seja qual for a sua constituição. Oliveira (2009), a esse respeito, diz que:

As transformações sociais, construídas na segunda metade do século XX e reconstruídas nesse início do século XXI, redefiniram também os laços familiares. A afirmação da individualidade pode sintetizar o sentido de tais mudanças, com implicações nas relações familiares. (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

O que ocorre, todavia, é que se torna difícil compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares e isso impacta diretamente nas relações afetivas. A família (ou famílias) atual constitui-se, portanto, dessa maneira: renovando conceitos preestabelecidos e redefinindo os papéis de cada membro do grupo familiar. Dentre as composições que se apresentam na formação familiar atual estão, segundo Oliveira (2009):

As uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas. (OLIVEIRA, 2009, p. 70).

O modelo nuclear passa, portanto, a conviver com outras configurações familiares. Como resultado, as mudanças nas relações de parentesco são perceptíveis, famílias cujos papéis estão confusos e difusos se relacionados com os modelos tradicionais, rigidamente definidos. Vê-se, dessa forma, que as mudanças dizem respeito tanto às relações, aos papéis, outrora bem definidos, mas também se referem ao próprio indivíduo e à construção da sua identidade.

Em consequência, as sociedades ocidentais, atualmente, têm revisitado o entendimento histórico que se tem sobre a paternidade. A percepção que se tem

sobre a paternidade está inserida nos diversos modelos de família que existiram e foram se reinventando ao longo dos tempos. Ainda que seja difícil definir o termo família, dada a sua plurissignificância, ela constitui um valor fundamental para a vida social e o sentido e as atribuições concernentes à paternidade, nesse contexto de muitas mudanças, passaram por profundas transformações.

Flexor (2015) assevera que, além de grupo social, a família envolve uma rede de relações. A autora amplia o conceito de família, que vai desde a formação nuclear até a extensa, legítima ou ilegítima, incompleta, uniões consensuais e esporádicas.

Segundo a autora, as datas mais relevantes da história da família no Brasil remontam às décadas de 30 e 40 do século XX, quando a família patriarcal e poligâmica predominava. No entanto, a partir de 1970, os historiadores passaram a discutir o conceito de família não só a partir da pluralidade de sua organização como também a representatividade do casamento, uma opção para apenas uma parcela da população. Tal discussão ecoa as vozes de um período marcado por uma diversidade de opiniões e luta pela volta da democracia. Nesse período, outros métodos, como a história demográfica e a história social foram essenciais para que o modelo único de família fosse questionado, já que fatores relacionados à raça e à classe social eram importantes para atingir a compreensão sobre a sociedade brasileira. Família e parentesco passaram a ser coisas distintas e os objetos de estudo passaram a perpassar vários temas: a mulher, a criança, o sentimento familiar, a vida cotidiana, a população e a própria família.

Em 1980 os estudos sobre a família se firmaram, inspirados em modelos americanos e franceses, como um campo rico a ser explorado. Em 1990, passa a predominar uma grande discussão sobre a Constituição de 1988, que tirou do Código Civil a regulamentação do instituto do casamento e, conseqüentemente, da família. O reconhecimento de várias formas de união e de família monoparental foram apontados como o grande avanço da Carta Magna de 88 (FLEXOR, 2015).

Ao mesmo tempo em que os estudos sobre as múltiplas compreensões sobre família avançavam, a abertura do mercado de trabalho para as mulheres e o novo modelo econômico baseado na industrialização de produtos de bens de consumo, na década de 70, produziram uma série de questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade e sua posição desigual em relação ao homem. Esses

questionamentos, que percorriam os diferentes setores sociais, tornaram possível o avanço dos métodos contraceptivos e permitiram a entrada da mulher no mercado de trabalho. Acontecimentos considerados fundamentais visto que, a partir de então, passou-se a exigir a presença mais constante do pai nas atividades primárias da casa e no cuidado com os filhos (PLECK; PLECK, 1997).

A análise de Pleck e Pleck (1997), embora esteja assentada na realidade estadunidense, oferece uma visão ampla sobre a linha histórica da presença afetiva do pai na vida do filho ressaltando os efeitos positivos que tal presença oferece para o seu desenvolvimento. De acordo com os referidos autores, outro aspecto que tem sido superado historicamente nessas relações é a associação imediata entre paternidade e masculinidade que estariam concentradas em tarefas predeterminadas ligadas ao masculino e que diriam respeito a características tais como força e coragem e que se distanciariam daquilo que representasse a fraqueza, tal como as manifestações de afeto.

O termo “pai cogenitor”, termo cunhado pelos autores supracitados, passa a ser utilizado para expressar a igual divisão de responsabilidades entre homens e mulheres no contexto familiar e representa significativa mudança de perspectiva a respeito do comportamento da mulher e a necessidade de participação ativa do homem no espaço que era antes por ela ocupado no cuidado com os filhos. Tal responsabilidade era exigida desde o acompanhamento durante a gestação e estendia-se à fase adulta (PLECK; PLECK, 1997).

Citando o conceito de pai cogenitor proposto por Pleck e Pleck, Bandeira *et al.* (2005) afirmam que os estudos contemporâneos estão pautados nesse entendimento: de que ao pai foi solicitada uma participação mais ativa, um envolvimento afetivo mais consistente, inclusive em termos qualitativos, ou seja, o que se espera é um pai com funções múltiplas, mais participativo e envolvido, que, além de brincar, também educa.

Surge, então uma nova definição de papéis parentais, o que, segundo Bandeira *et al.* (2005), convive com a percepção de paternidade tradicional sem anulá-la, contudo, ampliando-a. Além de provedor da família e responsável pelo desenvolvimento moral, emocional e profissional dos filhos, o pai passa a perceber e ser responsável pelo cuidado e educação dos infantes. Cumpre observar, no

entanto, que isso não supera o modelo de paternidade tradicional, ainda que este tenha sido cada vez menos observado nos dias de hoje.

Sendo assim, diante de todas as diversas questões e perspectivas que circundam o tema da paternidade, destacam-se dois aspectos que, em alguma medida, parecem estar relacionados: ao mesmo tempo em que as funções parentais passam por um processo de reorganização no contexto familiar e, portanto, a participação afetiva paterna na vida dos filhos parece ser mais ativa, cresce também – ou tornam-se mais evidentes – os casos de abandono afetivo paterno, sobretudo com intervenção judicial em que indenizações são pleiteadas.

Tais aspectos podem estar relacionados justamente à cobrança por parte da sociedade. O “novo papel” masculino citado por Staudt e Wagner (2008) implica significativas alterações no comportamento do homem diante da paternidade. Se à mulher coube à tarefa de, também, exercer trabalho remunerado e assumir as despesas domésticas, o movimento de participação dos homens nas tarefas domésticas e na criação dos filhos também parece acontecer, ainda que de maneira mais discreta. Sobre isso afirmam Staudt e Wagner (2008) que:

Da mesma forma, nos encontramos com as novas demandas do papel masculino. Fala-se em um “novo homem”, mais participativo na vida afetiva e familiar, dividindo com a mulher os âmbitos público e privado, em que as concepções de homem ligadas à macheza, virilidade e força vêm sendo fortemente questionadas. (STAUDT; WAGNER, 2008, p. 175).

Trata-se de uma demanda social que influencia no funcionamento das tarefas e responsabilidades familiares por ser fruto de uma diversidade de pensamentos e concepções que transformam, em última instância, o comportamento dos indivíduos na sociedade. É essa mesma sociedade que, frente a esse novo cenário, espera que o pai assuma uma nova postura no que concerne ao cuidado e proteção com o filho e trazem à tona as transformações culturais que surgem com o tempo.

O curioso em relação a esse avanço é que a cobrança pelo envolvimento paterno parece ser, por outro lado, um dos motivos do afastamento do pai em relação ao filho. Gomes e Resende (2004) discutem essa questão nas famílias contemporâneas e justificam o abandono como uma forma de fugir à pressão social no que tange à paternidade e destacam os aspectos de continuidade e de ruptura em relação ao modelo paterno tradicional. Com os resultados de suas pesquisas, os

autores concluem que, em alguns momentos, observa-se o envolvimento do pai com a família, em outros momentos, registra-se a distância entre o ideal de comportamento paterno e o real, em que a figura paterna pouco se envolve no cuidado com os filhos e nas tarefas domésticas. Os autores concluem ainda que este é um dos grandes desafios nas relações familiares entre homens e mulheres: a reinvenção e redefinição do pai no contexto familiar.

Vê-se assim que, ao longo do tempo, o pai teve sua caracterização reconstruída e esses momentos de transição revelam algo muito importante sobre a paternidade do ponto de vista histórico: essa reconstrução traz consigo uma rasura drástica não apenas em modelos patriarcalistas, mas em todo o entendimento do que é ser pai.

Quando se diz, portanto, que a paternidade está atravessando um momento de mudanças, amplia-se o sentido de paternidade para uma série de setores da conjuntura social: na família, na escola, no trabalho, dentre outros. A rede complexa em que a paternidade tem buscado seu lugar está permeada por todas as inter-relações construídas no meio social e localizado em um contexto sócio-histórico-cultural e que dele é resultado.

O rompimento de todas essas barreiras – conceituais, ideológicas, culturais e sociais – não acontece, contudo, de maneira abrupta. Quando um homem reconhece-se como pai não mais restrito apenas à manutenção das despesas domésticas, ele modifica o seu contexto familiar. Entretanto, outros modelos familiares, inclusive a tradicional família patriarcal, convivem com esse novo formato, de funções menos fixas e mais variadas, o que torna a análise da paternidade ainda mais difícil de ser realizada.

A valorização da figura paterna na contemporaneidade atravessa, também, outro tipo de contradição e que diz respeito ao vínculo parental. Se por um lado os vínculos conjugais tornaram-se mais fluidos e temporários, os vínculos parentais ganharam ainda mais importância, incluindo um tipo de exigência social que prevê punição legal caso seja descumprido, como nos casos de abandono afetivo paterno.

Petrini (2016) ressalta que, apesar de a figura do pai apresentar-se de maneira problemática na sociedade contemporânea, desde a pré-história, é possível perceber a dramaticidade da relação entre pais e filhos. Na atualidade, a reconfiguração da figura paterna assume ares complexos, visto que, além das

incertezas no que se refere ao acompanhamento dos filhos – tarefa que passa a ser delegada a uma diversidade de profissionais – as famílias transitam em várias direções.

Por um lado, as famílias resistem a algumas tendências; por outro, adaptam-se. Alguns valores, mais apreciados na atualidade, podem ser priorizados, oportunizando o surgimento de famílias “novas”, que recusam modelos autoritários nas relações entre casais e entre esses e os filhos.

Fica evidente, portanto, que, diante do caráter multifacetado das famílias e da figura paterna, o abandono afetivo é mais um aspecto a ser considerado no contexto de mudanças que a paternidade atravessa na contemporaneidade.

3 QUESTÕES RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.1 TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA

O desenvolvimento humano é um tema amplo em todas as áreas do conhecimento que se propõem a compreendê-lo. Na Psicologia, o desenvolvimento humano é lido de maneira particular por cada linha teórica, com abordagens e princípios básicos, conforme sistematizam Papalia e Feldman (2013), reproduzido Quadro 1.

Quadro 1 – O desenvolvimento humano em diferentes linhas teóricas - Papalia e Feldman (2013)

Perspectiva	Teorias Importantes	Princípios básicos
Psicanalítica	Teoria psicosssexual de Freud	O comportamento é controlado por poderosos impulsos inconscientes.
	Teoria psicossocial de Erikson	A personalidade é influenciada pela sociedade e se desenvolve por meio de uma série de crises.
Aprendizagem	Behaviorismo, ou teoria tradicional da aprendizagem (Pavlov, Skinner, Watson).	As pessoas são reativas; o ambiente controla o comportamento.
	Teoria da aprendizagem social (social cognitiva) (Bandura)	As crianças aprendem em um contexto social por meio da observação e imitação de modelos. As crianças contribuem ativamente para a aprendizagem.

Continuação...

Cognitiva	Teoria dos estágios cognitivos de Piaget	Mudanças qualitativas no pensamento ocorrem entre a primeira infância e a adolescência. As crianças desencadeiam ativamente o desenvolvimento.
	Teoria sociocultural de Vygotsky	A interação social é central para o desenvolvimento cognitivo.
	Teoria do processamento de informação	Seres humanos são processadores de símbolos.
Contextual	Teoria bioecológica de Bronfenbrenner	O desenvolvimento ocorre através da interação entre uma pessoa em desenvolvimento e cinco sistemas contextuais de influências circundantes, interligados, do microsistema ao cronossistema.
Evolucionista/ Sociobiológica	Teoria do apego de Bowlby	Seres humanos possuem mecanismos adaptativos para sobreviver; períodos críticos ou períodos sensíveis são enfatizados; as bases evolucionistas e biológicas do comportamento e a predisposição para a aprendizagem são importantes.

Fonte: Papalia e Feldman (2013).

Como se vê, muitas são as teorias acerca do desenvolvimento humano, bem como diversos são os seus princípios. Assim, as abordagens teóricas aqui mencionadas não esgotam, em absoluto, a farta gama de possibilidades de leitura do objeto em questão no que tange ao desenvolvimento humano.

3.1.1 Gestalt-terapia

A Gestalt-terapia estuda o desenvolvimento humano partindo de uma visão acerca das estruturas utilizadas para o aprendizado. A importância dessas estruturas, que têm origem fisiológica, para o desenvolvimento humano, está relacionada às qualidades, àquilo que se aprende, ao potencial que se explora desde a primeira infância.

Frederick Perls (1969, p. 29) afirma que “[...] não haveria um desenvolvimento no aspecto da gênese e sim estágios evolutivos, apenas a descoberta progressiva das capacidades do cérebro”. Assim, a terapia gestalt entende o desenvolvimento de forma linear, cronológica, como um acúmulo de aprendizagens que vão, aos poucos, sendo absorvidas ao longo da vida.

Pesquisas recentes indicam que há gênese e evolução nos processos cognitivos. Entretanto, a visão mais completa do indivíduo, com suas estruturas complexas, permitiu que a relação entre organismo e meio fosse ressignificada. Além disso, estudiosos da gestalt-terapia, como Ginger e Ginger (1995, p. 54) entendem, hoje, que o ser humano se desenvolve de acordo com as necessidades que possui: “[...] na medida em que as necessidades no topo da hierarquia vão sendo satisfeitas, as que se encontravam logo abaixo se tornam primeiras”.

O ser humano está em constante mudança. A visão gestáltica permite pensar essas mudanças de forma que o desenvolvimento se torna um processo, já que o organismo se manifesta para que seja possível buscar um equilíbrio – a homeostase. Desse modo, a busca motiva a mudança, que interfere de maneira significativa no processo de desenvolvimento, uma condição alcançada, paulatinamente, ao longo da vida.

3.1.2 Psicanálise x behaviorismo

A psicanálise freudiana enfatiza os impulsos inconscientes e os seus efeitos sobre o comportamento humano. Ainda que Freud, criador da psicanálise, não tenha utilizado um método científico elaborado em seus postulados, é preciso reconhecer o impacto dos estudos desenvolvidos pela psicanálise para o desenvolvimento humano.

As teorias difundidas pela psicanálise introduziram uma visão muito mais ampla sobre a abordagem até então adotada pela psicologia no que se refere à infância e à adolescência. Sobre o desenvolvimento humano, a psicanálise entende que ele acontece naturalmente, já que é uma característica humana a satisfação de determinadas necessidades em cada estágio evolutivo (MACIEL *et al.*, 2016).

Assim, o desenvolvimento é classificado a partir de uma série de etapas de acordo com a forma como a satisfação dessa série de necessidades é estabelecida. As fases mencionadas nos estudos de Freud (oral, anal, fálica e genital) que vão do nascimento até a adolescência – com repercussões na vida adulta – demonstram a grande ênfase que a psicanálise dá à questão da sexualidade em todas as etapas do desenvolvimento humano.

Para os behavioristas, que produziram uma resposta à psicanálise no que se refere à frágil postura científica desta teoria, tudo aquilo que não pode ser medido diretamente está fora do estudo da psicologia. O behaviorismo é, portanto, acentuadamente positivista, visto que propõe uma abordagem que ignora qualquer variável intermediária que não pode ser medida. Grosso modo, pode-se dizer que o behaviorismo estuda a relação entre os estímulos percebidos e os comportamentos que esses estímulos provocam. Assim, o desenvolvimento é apenas entendido com os seus respectivos tipos de aprendizagem, de acordo com o seu contexto.

O behaviorismo defende que algumas respostas que a criança produz são incondicionais e inatas; outros estímulos, por sua vez, vão sendo associados a essas respostas por meio da experiência e assim os comportamentos complexos são iniciados: por meio de processos simples. O behaviorismo, entretanto, sempre foi criticado pela sua postura reducionista. Gehm (2013) reforça essa crítica afirmando que as diferentes escolas da psicologia têm como aporte três recortes de análise: a estrutural, a funcional e a desenvolvimentista. O behaviorismo privilegia, de maneira geral, os aspectos funcionais.

Além disso, é preciso destacar que essa perspectiva teórica possui três tipos de abordagem: metodológico, radical e filosófico, cujos desdobramentos indicam, como ponto convergente, o interesse pelos fatores relacionados aos estados mentais que influenciam o comportamento do indivíduo. O desenvolvimento humano, diante disso, torna-se um processo – intencional ou representativo –

constituído por uma disposição comportamental ou tendências comportamentais: este, o behaviorismo filosófico.

Os métodos utilizados para compreender as causas internas, ou seja, mentais, da conduta humana, foram criticados, sobretudo as pesquisas desenvolvidas por Skinner, que entendia que o comportamento de todo e qualquer indivíduo poderia ser moldado ao se controlar os estímulos do ambiente. Para testar sua teoria, fez experiências com animais em uma caixa a fim de entender e descrever os estímulos, identificados como: reforço positivo, reforço negativo e a punição.

É preciso reconhecer a grande contribuição que todos os estudos behavioristas trouxeram para a discussão acerca do desenvolvimento humano, ainda que as noções internalistas que permeiam, em geral, as teorias psicológicas, tenham sido ignoradas.

3.1.3 Psicologia cognitiva

O cognitivismo concentra seus estudos nos processos internos que podem acontecer entre certo estímulo e um determinado comportamento. Como objetos de estudo, a psicologia cognitiva abrange a percepção, o pensamento e a memória. Seu objetivo principal é explicar como o ser humano apreende o mundo e desenvolve, por meio do conhecimento, as diversas funções cognitivas, tais como falar, raciocinar, resolver situações-problema, memorizar, entre outras.

Correia, Lima e Araújo (2001, p. 164) apontam o estudo dos processos mentais que geram os comportamentos como a base fundamental dos estudos cognitivos. Daí decorrem, inclusive, “[...] as perspectivas computacionais e conexionistas do cérebro humano”. A psicologia cognitiva, portanto, concentra-se na compreensão dos processos de aprendizagem que influenciam o comportamento humano.

No que se refere ao estudo do desenvolvimento, a psicologia cognitiva percebe o indivíduo como produtor de informação que constrói representações internas a respeito do mundo. Seus principais teóricos, Piaget e Vygotsky, encontram respaldo nessa abordagem devido a esse princípio construtivista. Entretanto, como define os processos como associativos, aproximam-se, neste

particular, do behaviorismo. Serão enfatizadas, aqui, as contribuições desses dois importantes teóricos do cognitivismo: Piaget e Vygotski.

3.1.3.1 Jean Piaget

Os estudos realizados por Jean Piaget partem da premissa de que a criança constrói o seu mundo e a sua maneira de construí-lo é baseada nos problemas que surgem (PIAGET, 1999). Considerado um dos pais do construtivismo, Piaget desenvolveu inúmeras pesquisas acerca do desenvolvimento humano que se concentram, principalmente, na formação dos conhecimentos. A teoria proposta por Piaget, de perspectiva construtivista, dividiu o desenvolvimento em uma série de etapas, que são universais e comuns a todos os indivíduos em idades semelhantes.

Terra ([2018?], p. 42) enfatiza que os estudos de Piaget se destacam em relação aos demais estudos construtivistas pelo seu caráter inovador quando “[...] introduz uma ‘terceira visão’ representada pela linha interacionista que constitui uma tentativa de integrar as posições dicotômicas de duas tendências teóricas que permeiam a Psicologia em geral”.

Há, ainda, outra questão importante sobre o modelo piagetiano: o rigor científico da sua produção, uma crítica comum à teoria freudiana, por exemplo. A educação é, até hoje, sua principal beneficiária, sobretudo pelo seu propósito de “[...] compreender como o sujeito se constitui enquanto sujeito cognitivo, elaborador de conhecimentos válidos” (TERRA, [2018?], p. 50).

No que tange ao desenvolvimento humano, depreende-se, a partir dos estudos de Piaget, que o homem possui uma estrutura biológica que lhe permite desenvolver suas faculdades mentais. Entretanto, isso, por si só, não garante o desencadeamento de fatores que propiciarão o seu desenvolvimento, já que é preciso que haja interação do sujeito com o objeto para que aconteça, de fato. Existe, portanto, um conjunto de relações interdependentes entre o sujeito conhecedor e o objeto a conhecer por meio de mecanismos complexos e que incluem outros fatores que o complementam, tais como: o processo de maturação do organismo, a experiência com objetos, a vivência social e, sobretudo, a equilíbrio do organismo ao meio.

Assim o desenvolvimento humano é explicado por meio do conceito de equilíbrio, um fenômeno que possui um caráter universal, comum a todos os seres humanos, mas que também sofre interferência do meio e das vivências de cada um. Há, portanto, fatores variantes e invariantes que explicam o desenvolvimento humano.

3.1.3.2 *Lev Vygotski*

Vygotski, assim como Piaget, se tornou uma das grandes referências nas teorias sobre o desenvolvimento humano e, para isso, adotou uma perspectiva construtivista. Todavia, ao passo que Piaget se concentrava nas formas de interação do indivíduo com o seu meio, Vygotsky se preocupou mais em delimitar os efeitos culturais e sociais que influenciam o desenvolvimento. Desse modo, não é possível distinguir o desenvolvimento do ambiente social ao qual o indivíduo pertence, haja vista que “[...] a cultura e a sociedade transmitem formas de comportamento e de organização do conhecimento” (VYGOTSKI, 1998, p. 39).

Assim, o socioconstrutivismo admite que uma criança seja capaz de construir a sua realidade, mas, para isso, utiliza os recursos que a sociedade lhe oferece. Trata-se de uma visão que admite uma série de abordagens e, por isso, as teorias que surgem a partir do socioconstrutivismo são tão abrangentes. Além disso, a leitura de Vygotski pode ser conciliada com os estudos desenvolvidos por Piaget. Rabelo e Passos (2018) acrescentam que:

O teórico pretendia uma abordagem que buscasse a síntese do homem como ser biológico, histórico e social. Ele sempre considerou o homem inserido na sociedade e, sendo assim, sua abordagem sempre foi orientada para os processos de desenvolvimento do ser humano com ênfase da dimensão sóciohistórica e na interação do homem com o outro no espaço social. Sua abordagem sócio-interacionista buscava caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como as características humanas se formam ao longo da história do indivíduo (Vygotsky, 1996). (RABELO; PASSOS, 2018, p. 3).

Para além dos pressupostos construtivistas, Vygotsky tornou possível a reflexão acerca do desenvolvimento humano de forma a contemplar as características humanas que diferenciam os indivíduos e os tornam únicos. Além

disso, a perspectiva vigotskyana permite particularizar o ser humano a partir da relação entre o que ele é e aquilo que ele se torna em suas trocas com o coletivo.

Independente da abordagem teórica adotada como forma de observação do desenvolvimento humano, é importante considerar traços comuns dos indivíduos que, associados aos fatores que podem influenciar o seu comportamento, permitam avaliar as consequências do abandono afetivo paterno, foco deste estudo. No capítulo seguinte, e nas considerações finais, tais questões serão retomadas.

3.2 AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA

O desenvolvimento humano, um dos grandes temas de estudo da Psicologia, é comumente tratado como um processo, de forma taxonômica. Esse estudo evolutivo, ou cronológico, associado à faixa etária do indivíduo, não deve ser rígido, haja vista que o desenvolvimento humano é um processo individual e, por esse motivo, volátil.

Papalia e Feldman (2013), a guisa de esclarecerem a variabilidade de processos de formação do desenvolvimento humano, seccionam seu estudo a esse respeito de acordo com as características de cada período da vida. Isso porque entendem que o indivíduo passa por períodos de mudanças mais ou menos sazonais determinados por certos aspectos sociais e comportamentais. As autoras, ainda que percebam a inter-relação entre o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial, entendem que esses aspectos se apresentam de forma diferente em cada etapa da vida. Destacam, entretanto, que a divisão do ciclo da vida em períodos é uma construção social, e, como tal, não é possível determinar com exatidão em que momento um indivíduo passa da infância para a adolescência ou desta para a idade adulta, ou, ainda, a velhice.

No Quadro 2, é possível verificar o desenvolvimento humano e suas características de acordo com os aspectos destacados por Papalia e Feldman (2013), quais sejam: desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial.

Quadro 2 – O desenvolvimento humano e suas características - Papalia e Feldman (2013)

Faixa Etária	Desenvolvimento físico	Desenvolvimento cognitivo	Desenvolvimento Psicossocial
Período Pré-natal (da concepção ao nascimento)	<p>Ocorre a concepção por fertilização normal ou por outros meios.</p> <p>Desde o começo, a dotação genética interage com as influências ambientais.</p> <p>Formam-se as estruturas e os órgãos corporais básicos: inicia-se o surto de crescimento do cérebro.</p> <p>O crescimento físico é o mais acelerado do ciclo de vida.</p> <p>É grande a vulnerabilidade às influências ambientais.</p>	Desenvolvem-se as capacidades de aprender e lembrar, bem como as de responder aos estímulos sensoriais.	O feto responde à voz da mãe e desenvolve preferência por ela.

Continuação...

<p>Primeira Infância (do nascimento aos 3 anos)</p>	<p>No nascimento, todos os sentidos e sistemas corporais funcionam em graus variados. O cérebro aumenta em complexidade e é altamente sensível à influência ambiental. O crescimento físico e o desenvolvimento das habilidades motoras são rápidos.</p>	<p>As capacidades de aprender e lembrar estão presentes, mesmo nas primeiras semanas. O uso de símbolos e a capacidade de resolver problemas se desenvolvem por volta do final do segundo ano de vida. A compreensão e o uso da linguagem se desenvolvem rapidamente.</p>	<p>Formam-se os vínculos afetivos com os pais e com outras pessoas. A autoconsciência se desenvolve. Ocorre a passagem da dependência para a autonomia. Aumenta o interesse por outras crianças.</p>
<p>Segunda Infância (3 a 6 anos)</p>	<p>O crescimento é constante; a aparência torna-se mais esguia e as proporções mais parecidas com as de um adulto. O apetite diminui e são comuns os distúrbios do sono. Surge a preferência pelo uso de uma das mãos; aprimoram-se as habilidades motoras finas e gerais e aumenta a força física.</p>	<p>O pensamento é um tanto egocêntrico, mas aumenta a compreensão do ponto de vista dos outros. A imaturidade cognitiva resulta em algumas ideias ilógicas sobre o mundo. Aprimoram-se a memória e a linguagem. A inteligência torna-se mais previsível. É comum a experiência da pré-escola; mais ainda a do jardim de infância.</p>	<p>O autoconceito e a compreensão das emoções tornam-se mais complexos; a autoestima é global. Aumentam a independência, a iniciativa e o autocontrole. Desenvolve-se a identidade de gênero. O brincar torna-se mais imaginativo, mais elaborado e, geralmente, mais social. Altruísmo, agressão e temor são comuns. A família ainda é o foco da vida social, mas outras crianças tornam-se mais importantes.</p>

Continuação...

<p>Terceira Infância (6 a 11 anos)</p>	<p>O crescimento torna-se mais lento. A força física e as habilidades atléticas aumentam. São comuns as doenças respiratórias, mas de um modo geral a saúde é melhor do que em qualquer outra fase do ciclo de vida.</p>	<p>Diminui o egocentrismo. As crianças começam a pensar com lógica, porém concretamente. As habilidades de memória e linguagem aumentam. Ganhos cognitivos permitem à criança beneficiar-se da instrução formal na escola. Algumas crianças demonstram necessidades educacionais e talentos especiais.</p>	<p>O autoconceito torna-se mais complexo, afetando a autoestima. A correção reflete um deslocamento gradual no controle dos pais para a criança. Os colegas assumem importância fundamental.</p>
<p>Adolescência (11 a aprox. 20 anos)</p>	<p>O crescimento físico e outras mudanças são rápidas e profundas. Ocorre a maturidade reprodutiva. Os principais riscos para a saúde emergem de questões comportamentais, tais como transtornos da alimentação e abuso de drogas.</p>	<p>Desenvolvem-se a capacidade de pensar em termos abstratos e de usar o raciocínio científico. O pensamento imaturo persiste em algumas atitudes e comportamentos. A educação concentra-se na preparação para a faculdade ou para a profissão.</p>	<p>A busca pela identidade, incluindo a identidade sexual, torna-se central. O relacionamento com os pais geralmente é bom. Os amigos podem exercer influência positiva ou negativa.</p>

Continuação...

<p>Início da Vida Adulta (20 a 40 anos)</p>	<p>A condição física atinge o auge, depois declina ligeiramente. Opções de estilo de vida influenciam a saúde.</p>	<p>O pensamento e os julgamentos morais tornam-se mais complexos. São feitas as escolhas educacionais e vocacionais, às vezes após um período exploratório.</p>	<p>Traços e estilos de personalidade tornam-se relativamente estáveis, mas as mudanças na personalidade podem ser influenciadas pelas fases e acontecimentos da vida. São tomadas decisões sobre relacionamentos íntimos e estilos de vida pessoais, mas podem não ser duradouros. A maioria das pessoas casa-se e tem filhos.</p>
<p>Vida Adulta Intermediária (40 a 65 anos)</p>	<p>Pode ocorrer uma lenta deterioração das habilidades sensoriais, da saúde, do vigor e da força física, mas são grandes as diferenças individuais. As mulheres entram na menopausa.</p>	<p>As capacidades mentais atingem o auge; a especialização e as habilidades relativas à solução de problemas práticos são acentuadas. A produção criativa pode declinar, mas melhora em qualidade. Para alguns, o sucesso na carreira e o sucesso financeiro atingem seu máximo; para outros, poderá ocorrer esgotamento ou mudança de carreira.</p>	<p>O senso de identidade continua a se desenvolver; pode ocorrer uma transição para a meia-idade. A dupla responsabilidade pelo cuidado dos filhos e dos pais idosos pode causar estresse. A saída dos filhos deixa o ninho vazio.</p>

Continuação...

<p>Vida Adulta Tardia (65 anos em diante)</p>	<p>A maioria das pessoas é saudável e ativa, embora geralmente haja um declínio da saúde e das capacidades físicas. O tempo de reação mais lento afeta alguns aspectos funcionais.</p>	<p>A maioria das pessoas está mentalmente alerta. Embora inteligência e memória possam se deteriorar em algumas áreas, a maioria das pessoas encontra meios de compensação.</p>	<p>A aposentadoria pode oferecer novas opções para o aproveitamento do tempo. As pessoas desenvolvem estratégias mais flexíveis para enfrentar perdas pessoais e a morte iminente. O relacionamento com a família e com amigos íntimos pode proporcionar um importante apoio. A busca de significado para a vida assume uma importância fundamental.</p>
---	--	---	--

Fonte: Papalia e Feldman (2013).

É possível observar que, na infância, a qual possui três etapas (primeira, segunda e terceira infância), o desenvolvimento cognitivo vai adquirindo contornos importantes para a entrada na adolescência e, posteriormente, na vida adulta. Isso se deve ao fato de que as relações afetivas são, nesse momento, constituídas. Além disso, é nesse momento que o indivíduo constitui certo grau de confiança no outro e, principalmente, em si mesmo. Essa confiança pode ser a base para seu processo de autoconhecimento no futuro.

A infância é também o momento em que o indivíduo estabelece regras próprias para lidar com o mundo e, por esse motivo, um ambiente familiar estável é fundamental para que a criança possa compreender a melhor forma de lidar com essas regras fora da sua zona de conforto. O contexto familiar é, dessa maneira, um espaço propício para a aprendizagem, no seu sentido mais amplo.

Pratta e Santos (2007) discutem a importância da afetividade entre pais e filhos destacando que, por meio da abertura ao diálogo e das diversas formas de cuidado que se manifestam nas relações familiares, a criança imita a atitude dos pais e o seu comportamento é moldado. Os autores entendem que a afetividade é fundamental para que a criança se sinta acolhida: primeiro, junto à sua família; depois, diante da sociedade. Para além das atitudes educativas baseadas em princípios vinculados à moralidade religiosa, ideário patriótico e higienismo médico, os pais passaram a representar o porto seguro que os filhos tanto necessitam para explorar suas relações afetivas.

O pai, nesse contexto, possui funções psicológicas importantes, que afetarão, de maneira fulcral, a maneira como a criança absorverá a aprendizagem de que tanto necessita. Segundo Pratta e Santos (2007), se antes o pai estava destinado à função de provedor e autoridade única no que se refere às decisões mais importantes na educação dos filhos, hoje as tarefas – e decisões – são mais compartilhadas.

Em relação às funções psicológicas, podem-se citar três grupos centrais: a) proporcionar afeto ao recém-nascido, aspecto fundamental para garantir a sobrevivência emocional do indivíduo; b) servir de suporte e continência para as ansiedades existenciais dos seres humanos durante o seu desenvolvimento, auxiliando-os na superação das “crises vitais” pelas quais todos os seres humanos passam no decorrer do seu ciclo; c) criar um ambiente adequado que permita a aprendizagem empírica que sustenta o processo de

desenvolvimento cognitivo dos seres humanos. (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 89).

As funções psicológicas, quando plenamente reconhecidas, podem criar um ciclo de aprendizagens: uma criança que tende a se transformar em um adulto amadurecido e saudável e que também se tornará um pai mais proativo em relação à educação dos seus filhos no futuro. A figura do pai, antes distante e que buscava preservar uma imagem de austeridade, torna-se aquele no qual o filho procura refúgio. Por tudo isso, é na relação com seus pais que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, “[...] estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afetivo importante quando os indivíduos atingem a idade adulta” (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 92).

As trocas emocionais que a criança desenvolve na infância são essenciais para o seu desenvolvimento e, principalmente, para que ele possa adquirir as condições físicas e mentais centrais para cada etapa do seu desenvolvimento psicológico. Ademais, os valores são transmitidos pelos pais, bem como a preparação necessária para que possam exercer a cidadania de forma plena. Assim, é por meio dos seus genitores, no ambiente familiar, que a criança “[...] elabora sua identidade e sua subjetividade” (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 93).

Além disso, é preciso ressaltar que as normas e valores transmitidos pelos pais no ambiente familiar permanecem guiando o indivíduo ao longo da sua vida e representam a base para que se tenha o discernimento necessário na tomada de decisões e atitudes que guiarão o adulto no futuro. Mesmo depois, o adulto continua a se relacionar com seus pais: a família de origem, portanto, ainda funcionará como um espaço no qual as experiências vividas são elaboradas.

Posto isso, ainda que tenha atravessado inúmeras transformações, a família é o espaço agregador em que as relações afetivas são iniciadas, ainda na infância. E se o homem permanece compreendendo a família como base de segurança e bem-estar, isso significa que ela ainda possui uma representatividade significativa para o desenvolvimento humano, com todas as suas características, bem particulares.

Todas essas características, inclusive, são observadas de forma distinta a depender da linha teórica que se adota. O desenvolvimento humano, por conseguinte, tanto pode ser observado a partir das etapas da vida, como

apresentaram, com minúcias, Papalia e Feldman (2013), como também por meio da perspectiva teórica que se pretende abordar determinado tema.

3.3 A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A família é apontada por inúmeros autores (Damiani e Colossi, 2015; Stamato, 2004; Trapp e Andrade, 2017) como o primeiro e mais produtivo espaço de interação do indivíduo desde o seu nascimento. Em vista disso, o núcleo familiar é o meio através do qual as primeiras relações afetivas se concretizam e a afetividade é um recurso valioso para a elaboração de sistemas (físicos, psíquicos e emocionais).

A formação de habilidades cognitivas e socioemocionais é apontada por Macana (2014, p. 15) como a grande contribuição da família para o desenvolvimento humano. Embora admita a importância durante todas as etapas da vida, a autora menciona a infância como o momento em que “[...] os alicerces que definem o futuro padrão de desenvolvimento se firmam”. Nesse primeiro momento, portanto, é essencial que a criança receba o suporte familiar necessário. Dessa maneira:

À família é delegada uma função fundamental para o desenvolvimento humano que é a de prover cuidado. Esse aspecto é reconhecido independentemente das transformações em diferentes arranjos de família que coexistem em distintas sociedades ao longo do tempo. A importância da família, não obstante, vai além de um valor instrumental no processo de desenvolvimento humano. Ela também representa um valor intrínseco, porque estabelece intensas relações ao combinar intimidade, afetividade mútua, cuidado recíproco, dependência e pertença. Essas qualidades têm valor para as pessoas em seu desenvolvimento e não podem ser encontradas sem contar com uma afiliação familiar. (MACANA, 2014, p. 15).

O valor intrínseco representado pela família pode ser decisivo para o desenvolvimento do indivíduo, que será moldado de acordo com a convivência e com os valores que são transmitidos desde o nascimento. A privação desse convívio, por outro lado, pode marcá-lo profundamente, impedindo-o de se relacionar com o mundo e consigo mesmo de maneira plena.

Macana (2014) ainda acrescenta que cada membro da família possui um papel importante nessa composição. Se, por algum motivo, um dos membros não cumpre suas funções, a configuração de papéis deixa de funcionar de forma

conjunta, prejudicando o convívio e afetando as construções simbólicas que dele são oriundas. A interrupção de uma fase desse processo de desenvolvimento pode interferir na formação da criança, do adolescente e do futuro adulto.

Segundo Silva *et al.* (2008) cada núcleo familiar possui suas próprias variáveis, tais como os fatores de risco e de proteção, gerando grande impacto no desenvolvimento infantil. A dinâmica familiar é, segundo as autoras, bastante particular, evidenciando a combinação de valores sociais e culturais, além do posicionamento acerca dos diversos temas adotados pelo casal.

Sendo assim, ao nascer, a criança é introduzida em um mundo já previamente organizado, “[...] segundo parâmetros construídos pela sociedade como um todo e assimilados idiossincraticamente pela família, que, por sua vez, também carrega uma cultura própria” (SILVA *et al.*, 2008, p. 217). Aos poucos, a criança vai assimilando uma cultura familiar que é específica, e passa, aos poucos, a reproduzir valores, hábitos, mitos, pressupostos, formas de sentir e de interpretar o mundo que lhe foram transmitidos.

Analisar essa “cultura familiar” mencionada pelas autoras é uma tarefa complexa, visto que inclui condições internas e externas, interdependentes, e que apresentam efeitos cumulativos ao longo do tempo. Sendo assim, o desenvolvimento humano torna-se, também, um processo individual, ainda que guarde, de maneira geral, algumas características que podem ser mais ou menos potencializadas, e que são comuns à maior parte dos indivíduos.

Mas a importância da família vai além das funções cognitivas e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Salsinha (2011) adverte que o próprio conceito de desenvolvimento humano é mutável e, por esse motivo, deve ser associado às aprendizagens as quais o indivíduo vai se deparando durante a vida. Ao passo que vai vencendo as etapas de desenvolvimento, ganha também a experiência que precisa para avançar rumo a seus objetivos. Nesse momento, o papel da família é fornecer o suporte necessário para que o indivíduo possa constituir seu processo identitário, permeado por sucessos e fracassos, conquistas e decepções. A qualidade das relações que se estabelecem entre os membros da família é, portanto, condição essencial para que a aprendizagem seja possível (SALSINHA, 2011).

Esse viés educativo do desenvolvimento humano não apenas proporciona a possibilidade de se percorrer novos caminhos de aprendizagem como também acrescentar, ao que se aprendeu por meio do contexto familiar, outras perspectivas acerca do mundo e da sociedade em que se vive. Por tudo isso, ao lidar com situações adversas, é preciso utilizar o acúmulo, desde a infância, de múltiplas visões sobre o mundo, que vão sendo alteradas de acordo com a experiência de vida de cada um.

Silva (2015, p. 26) reforça essa visão, pois, segundo a autora, “[...] a família e a escola são instituições complementares no processo de desenvolvimento humano e inclusão”. Desse modo, a criança, junto à família, é moldada de acordo com as aprendizagens que lhe vão sendo oferecidas, aos poucos, em cada etapa da vida. Mas é também na escola que o conhecimento é adquirido, o que, portanto, a torna, também, um espaço de aprendizado.

No entanto, ainda que todos os espaços sociais, tais como a escola, proporcionem o acesso ao conhecimento e a troca, tão importante para o processo de ensino-aprendizagem, à família cabe o importante papel de representar o primeiro e mais importante agente educativo de um indivíduo. Representa, por tudo isso, o núcleo central do desenvolvimento global da criança em todos os aspectos, sejam eles afetivo, social, cognitivo e motor (SILVA, 2015).

3.4 A FIGURA PATERNA E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A participação mais ativa e abrangente do pai no contexto familiar tem levantado questionamentos acerca da sua importância para o desenvolvimento humano. A relevância da presença paterna, entretanto, não parece trazer benefícios apenas para os filhos, mas para toda a família.

Alguns estudos recentes (BOSSARDI; VIEIRA, 2010; MANFROI *et al.*, 2011) ou mesmo estudos anteriores (CIA; WILLIAMS; AIELLO, 2005), indicam que as mudanças ocorridas no conceito de paternidade, que passou a ser mais amplo, contribuem para uma revisão acerca dos aspectos relacionados ao desenvolvimento humano que sofrem interferência direta da presença do pai na vida de um filho.

A relação entre o cuidado paterno e o desenvolvimento infantil vai além da responsabilidade econômica referente aos gastos com um filho. Arcar com as despesas de uma boa escola, por exemplo, não garante à criança que todos os aspectos relacionados ao seu desenvolvimento foram explorados. Isso porque a afetividade, o seu principal componente, surge do cuidado, do zelo, do envolvimento com a educação, enfim.

Partindo de uma perspectiva interacionista do desenvolvimento humano, Bossardi e Vieira (2010) defendem que há níveis de cuidado e proteção oferecidos por cada genitor aos filhos e é essa preocupação conjunta às funções e necessidades básicas de uma criança que garante as condições ideais para o seu desenvolvimento. Os autores entendem que o comportamento maternal e paternal humano é distinto por questões biológicas e culturais, assim, “[...] as diferenças perpassam fatos como a escolha de um parceiro e a estratégia reprodutiva de homens e mulheres e as diferenças de gênero colocadas pelo contexto cultural” (*ibidem*, p. 206).

No contexto familiar, a interação entre seus membros torna o ambiente propício para o fortalecimento dos laços afetivos e a afetividade é, segundo Bossardi e Vieira (2010), uma das condições de existência de um sistema familiar. Desse modo, todos os membros exercem importante papel na dinâmica familiar e isso vai sendo absorvido ao longo da vida pela criança desde o seu nascimento.

Manfroi *et al.* (2011) discutem o papel do pai no desenvolvimento infantil reconhecendo a importância da mãe como a principal figura de apego, entretanto, enfatizando que, com as mudanças no que se refere à paternidade, a relação entre pai e filho mostra-se um importante fator do desenvolvimento infantil, que vai desde o suporte emocional à gestante até o auxílio no cuidado com o filho nos primeiros meses de vida.

Os estudos de Cia, Williams e Aiello (2005) apontavam que, nos anos de 1950 e 1960, o pai possuía uma participação muito restrita no desenvolvimento da criança. Era corrente a ideia de que ao pai cabia a tarefa de brincar com os filhos. Além disso, os impactos mais importantes do envolvimento do pai no desenvolvimento dos filhos incluíam a promoção do desenvolvimento social das meninas e a formação de identidade sexual dos meninos. As novas configurações familiares, o aumento no número de famílias recasadas e de famílias monoparentais

foram, segundo as autoras, fatores decisivos para que surgisse uma pesquisa mais contundente sobre a interação pai-filho. A partir de então, passou-se a reconhecer “[...] que os pais desempenham papéis complexos e multidimensionais e que muitos padrões de influências são indiretos” (*ibidem*, 2005. p. 225).

Pode-se acrescentar, ainda, que as contribuições sociais da paternidade são variáveis: dependem do período histórico observado e do contexto cultural. Por tudo isso, a mediação paterna e a sua importância para o desenvolvimento infantil foi sendo discutida à medida que avançava e se intensificava a relação entre pais e filhos.

Por outro viés, é preciso também destacar que as diversas formas de paternidade convivem, de maneira geral, de forma equilibrada, neste que parece ser um momento de transição para tantas representações sociais e valores culturais, dentre eles, a paternidade. Bossardi e Vieira (2010) observam a existência de três tipos de paternidade que convivem atualmente, no que concerne especificamente ao “cuidado” e à responsabilidade afetiva com o filho:

Na perspectiva tradicional, o pai tem o papel de provedor, que oferece suporte emocional à mãe, mas não se envolve diretamente com os filhos, exercendo um modelo autoritário. Na perspectiva moderna, o papel do pai diz respeito ao desenvolvimento moral, escolar e emocional dos seus filhos. Por fim, a perspectiva emergente, origina-se na idéia de que o homem é capaz de participar ativamente dos cuidados e criação dos seus filhos. (BOSARDI; VIEIRA, 2010, p. 206).

Ressalva-se, entretanto, que tanto pais quanto mães desempenham papéis importantes em todos os aspectos do desenvolvimento infantil visto que cada um estabelece com a criança uma relação bastante própria e, invariavelmente, bem particular.

Outro fator importante merece destaque: os homens estão assumindo uma nova identidade e, por esse motivo, os cuidados oferecidos aos filhos ganham novos contornos. A esse respeito, acrescentam Beraldo e Trindade (2016) que as expressões de masculinidade no contexto contemporâneo são influenciadas pela fluidez das relações, o que se reflete, também, na experiência da paternidade.

A identidade, inclusive pelo seu caráter mutável, transforma-se de acordo com as vivências do sujeito, e esse aspecto precisa ser considerado a fim de

compreender de que maneira a paternidade sofre as influências dessa instabilidade identitária do homem que se torna pai. Ainda que pareça evidente, hoje, a importância da presença afetiva paterna no desenvolvimento de uma criança até a idade adulta trata-se de um processo que passa por fatores diversos e, principalmente, pela percepção de um homem que se torna pai de uma criança.

A função social do pai, portanto, foi surgindo ao longo de muitos anos e esteve relacionada a transformações de naturezas diversas. Assim, apenas com a consolidação de um entendimento acerca da função social paterna – um processo que é, antes, identitário –, foi possível perceber e explorar os grandes benefícios dessa relação para ambos: pai e filho.

Diante disso, mostra-se de fundamental importância compreender as etapas do desenvolvimento humano.

3.5 FATORES EXTERNOS QUE INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO

A reflexão sobre o desenvolvimento humano permeia inúmeras perspectivas teóricas que permitem pensar o indivíduo a partir de suas características inatas, seu sistema psíquico, por meio dos seus aprendizados e, ainda, pelo seu contato com fatores externos, sejam eles sociais ou culturais. Intenciona-se, com isso, produzir alguns questionamentos acerca da influência de determinados fatores no comportamento do indivíduo.

Poder-se-ia utilizar como parâmetro de observação a maneira como a sociedade e os elementos da cultura estão relacionados ao comportamento humano. No entanto, como o enfoque desta pesquisa é a análise de fatores que interferem no desenvolvimento humano e que estão associados ao abandono paterno, optaremos por este recorte. Com isso, busca-se enfatizar a importância da presença afetiva paterna no desenvolvimento da criança, com repercussões significativas na idade adulta.

3.5.1 A ideia de presença

Os conceitos de presença e sentido, e mesmo sua relação, fazem parte do estudo desenvolvido por Hans Ulrich Gumbrecht (2010) em “Produção de presença”. Gumbrecht (2010, p. 15) afirma que há uma “[...] tendência da cultura contemporânea de abandonar, e até esquecer, a possibilidade de uma relação com o mundo fundada na presença”.

Longe de discutir tais questões de maneira aprofundada, de natureza metafísica, e que dialogam com o conceito de ser na perspectiva Heideggeriana, importa aqui invocar a ideia de presença para construir o argumento acerca da importância da presença (afetiva) do pai na vida de um filho. Quando o sentido e a dinâmica simbólica do *estar presente* ou de *oferecer a presença* é posto em prática nas relações paternas, as funções podem ser ampliadas e reorganizadas com ganhos para todas as relações familiares.

As sensações e os objetos só podem ser entendidos através dos sentidos que lhe atribuímos e, segundo Gumbrecht, “[...] se atribuirmos um sentido a alguma coisa presente, isto é, se formarmos uma ideia do que essa coisa pode ser em relação a nós mesmos, parece que atenuamos inevitavelmente o impacto dessa coisa sobre o nosso corpo e os nossos sentidos” (GUMBRECHT, 2010, p. 14).

A reflexão filosófica desenvolvida por Gumbrecht (2010) se pauta, ainda, na tensão entre efeitos de presença e efeitos de sentido, talvez uma saída para se pensar a transmutação dos lugares ocupados pela figura paterna. No entanto, de que maneira essa presença pode ser sentida? O afeto pode ser mensurado? Que efeitos essa presença produz? Para Gumbrecht, qualquer forma de comunicação produz presença.

A presença em termos simbólicos é importante para a consciência de afeto que o filho tem em relação a seu pai, visto que é por meio da presença que ele se desenvolve. Sua face inversa, a ausência, que pode ser acentuada e efetivada quando ocorre o abandono, pode subtrair toda a produção de sentidos que a presença viria a proporcionar para o indivíduo.

3.5.2 Abandono

Ao analisar as consequências da ausência paterna na vida emocional dos filhos, Trapp e Andrade (2017, p. 45) destacam a importância da família como “[...] agente socializador por excelência do ser humano”. Sua influência no desenvolvimento dos descendentes é expressiva, já que podem repercutir positiva ou negativamente por toda a vida. O abandono paterno, portanto, gera um desequilíbrio nas relações afetivas e vários conflitos emocionais na vida da criança.

Alguns estímulos realizados pelo pai são fundamentais para o desenvolvimento da criança, visto que é dessa maneira que o genitor transmite a linguagem, o simbólico e os valores essenciais da cultura, segundo Trapp e Andrade (2017). Os estímulos a que os autores se referem, via de regra, são transmitidos na interação, nas trocas afetivas e na convivência entre ambos e, deste modo, o abandono se configura, por si só, um grande prejuízo para o desenvolvimento do indivíduo. Assim:

A presença paterna é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo social, facilitando a capacidade de aprendizagem e a integração da criança na sociedade. O pai representa a possibilidade do equilíbrio pensado como regulador da capacidade da criança investir no mundo real. A ausência ou abandono paterno é, portanto, extremamente prejudicial ao desenvolvimento psíquico da criança. (TRAPP; ANDRADE, 2017, p. 47).

Citando Benczik (2011), Trapp e Andrade (2017) lembram que a presença do pai é que poderá facilitar à criança a passagem do mundo da família para o da sociedade, por conseguinte, com a diluição do poder exercido pela figura paterna sobre os demais membros da família, essa passagem, pode ser prejudicada. Isso porque, ao contrário da criança que vive um sentimento de abandono, aquelas que se sentem mais próximos dos seus pais são crianças mais seguras nos estudos, nas escolhas profissionais, bem como na tomada de iniciativas individuais.

Todavia, é válido lembrar que, na contemporaneidade, com os novos arranjos familiares, percebe-se que, nos casos em que a mãe ou outro membro familiar precisa ocupar esse espaço na vida do filho, ajustes podem ocorrer. Desse modo, não é apenas a presença do pai no ambiente familiar que garante a participação na

vida do filho, haja vista que o abandono pode se configurar mesmo com a presença física paterna dia a dia na vida de uma criança.

Stamato (2004) aprofunda a discussão sobre esse tema, admitindo, em sua pesquisa, o termo negligência o que, segundo a autora implica ausência de responsabilidade, o que já contraria a condição de ser pai de uma criança. A autora frisa, ainda, que esse comportamento não é apenas observável em famílias com baixa renda familiar. Na contemporaneidade, o excesso de trabalho, a superficialidade e frugalidade das relações, assim como a falta de tempo, fazem com que os pais se ausentem das suas responsabilidades afetivas com os seus filhos.

Ainda que o abandono esteja intimamente ligado a questões de natureza estrutural, sendo a baixa renda uma das suas manifestações, é importante perceber que a presença paterna na vida do filho se dá, também, por questões de foro íntimo, por decisões que são pessoais. Viabilizar uma relação produtiva para ambos é uma busca do pai e a qualidade dessa relação não acontece por motivações externas, mas do interesse paterno em participar da vida do seu filho.

Na perspectiva dos filhos adultos, a ausência física e afetiva se faz sentir nas vivências e na construção dos sentimentos de desvalorização, abandono, solidão, insegurança, baixa autoestima e dificuldades de relacionamento. Esse é o resultado da pesquisa realizada por Damiani e Colossi (2015), que enfatizam que tal ausência gera problemas que começam a ser percebidos na infância e interferem no desenvolvimento até a idade adulta. Segundo as autoras, (*ibidem*, p. 87), a distância emocional paterna ocasiona sério impacto na vida do seu filho, visto que “[...] a ausência paterna tem potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança, bem como influenciar o estabelecimento de transtornos de comportamento”.

Assim, indícios de problemas comportamentais surgem na pré-escola e podem se estender ao longo da vida escolar. Dentre as consequências para o desempenho escolar, destacam-se o aumento de ausência nas aulas, risco aumentado de envolvimento com drogas, relacionamento frágil com os pares, depressão, ansiedade e a externalização de comportamentos-problemas.

Na adolescência, os problemas persistem e a ausência paterna pode ser considerada um fator de risco para o desenvolvimento, inclusive por estar relacionada, como aponta Fontes (2010), a uma maior propensão para o

envolvimento com a delinquência. Na idade adulta, ainda que esses problemas aparentemente não se manifestem de forma tão evidente, a interferência do sentimento de abandono vivenciado na infância podem se fazer sentir por meio das relações afetivas que o indivíduo desenvolve e, ainda, pelas suas atitudes (convergentes ou divergentes) em relação a seus próprios filhos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela adoção do estudo exploratório. Segundo Gil (2002, p. 41), esse tipo de pesquisa está atrelado ao objetivo geral que o pesquisador pretende alcançar. A pesquisa exploratória seria então aquela que pode “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Além disso, esse tipo de pesquisa tem por foco “[...] principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Após a definição do tipo de pesquisa a ser adotado, passou-se ao delineamento, que nas palavras de Gil (2002), expressa, em linhas gerais, o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados.

4.2 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

No que concerne às técnicas de investigação, as escolhidas foram: a pesquisa bibliográfica, por se recorrer a materiais já elaborados, o que significa a leitura de autores e pesquisas que discutiam a temática em questão, e a pesquisa de campo, que envolve a observação direta das atividades de um determinado grupo de sujeitos ou comunidade, podendo contar com auxílio da aplicação de instrumentos de coleta de dados (GIL, 2002).

4.3 LOCAL DA PESQUISA E OS PARTICIPANTES

O perfil estabelecido para os sujeitos da pesquisa tomou por ponto de partida o fato de serem adolescentes, e para o estabelecimento da faixa etária, tomou-se por base o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069, de 1990 (BRASIL, 1990), que em seu artigo 2º estabelece ser adolescente quem se encontra na faixa etária entre 12 a 18 anos de idade incompletos. Para esta pesquisa, contudo, fez-se o ajuste de considerar também aqueles que já tivessem

18 anos completos. A predileção pela adolescência ocorreu com intuito de contemplar uma das fases da vida que é bastante complexa e na qual ocorre uma série de mudanças, no corpo, no jeito de pensar, de se relacionar, de compreender o mundo, bem como mudam também as percepções em relação à sociedade, e que culminam na construção de uma subjetividade (FROTA, 2007)².

Levando-se em consideração a faixa etária, optou-se pelos adolescentes que estivessem cursando entre o 7º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio, considerando o que foi estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), com relação à idade-série. Dessa forma, não foram contemplados os alunos do 6º ano que, *a priori*, estariam com 11 anos de idade.

A seleção ocorreu pelo critério de acessibilidade, por meio de convite, e a quantidade de 100 participantes levou em conta a tentativa de alcançar uma amostra representativa do quantitativo de alunos matriculados na escola nos turnos matutino e vespertino.

Na Tabela 1, é exposta a caracterização geral dos participantes, a partir das respostas ao questionário. Diante dos dados, vê-se que, a maioria dos participantes tem 16 e 18 anos. Há uma prevalescência daqueles que estavam cursando 7º e 8º ano do Ensino Fundamental, seguido dos que cursavam o 1º e 2º ano do Ensino Médio. Houve um equilíbrio na quantidade dos que se identificam como homem ou como mulher. E a esmagadora maioria é solteira.

² A autora apresenta as concepções de diferentes autores a respeito da infância e da adolescência bem como a importância da historicidade para sua construção.

Tabela 1 – Perfil dos(as) entrevistados(as)

Idade	N/total	%	Série			Sexo	N/Total	%	Estado		
			escolar	N/total	%				Civil	N/total	%
12 anos	1/100	1	6º ano	4/100	4	Homem	51/100	51	Solteiro(a)	96/100	96
13 anos	10/100	10	7º ano	20/100	20	Mulher	47/100	47	Casado(a)	3/100	3
						Outro (não declarado)	2/100	2	Não respondeu	1/100	1
14 anos	13/100	13	8º ano	23/100	23	Bissexual	1/100	1			
15 anos	17/100	17	9º ano	5/100	5	Homossexual	1/100	1			
16 anos	22/100	22	1º médio	18/100	18						
18 anos	37/100	37	2º médio	11/100	11						
			3º médio	19/100	19						

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O referido estudo foi realizado em uma escola estadual, localizada no bairro de Itacaranha, Subúrbio Ferroviário de Salvador-Bahia. O bairro de Itacaranha está localizado entre os bairros de Plataforma e Escada, na parte baixa, e Alto da Santa Terezinha, Ilha Amarela e Rio Sena na parte alta. O bairro é habitado por aproximadamente 16.088 habitantes, com renda salarial média em torno de dois salários mínimos (SANTOS *et al.*, 2010 apud PINTO, 2017).

A opção pelo local de pesquisa é resultado da conveniência do pesquisador, considerando alguns fatores: a facilidade de encontrar adolescentes moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a relação de proximidade com alguns membros da gestão e do corpo docente da unidade escolar e pelo fato de a escola ter encaminhado alunos para participarem do programa Pai presente do CNJ.

A unidade escolar escolhida é uma das mais antigas do Subúrbio Ferroviário, tendo sido fundada em 1975. Atende a uma clientela diversificada que abrange crianças, adolescentes, jovens e adultos. Oferece vagas para o Ensino Fundamental II (do 6º ano ao 9ºano), nos turnos matutino e vespertino, para o Ensino médio (1º ao 3º ano), nos turnos matutino e noturno; e para a Educação de Jovens e Adultos, no turno noturno (SILVA, 2019).

4.4 TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário, pelo próprio pesquisador e seu orientador, este composto por perguntas abertas e fechadas, envolvendo questões relacionadas a aspectos da vida dos(as) entrevistados(as), com foco na relação pai-filho(a) (cf. APÊNDICE A). Posterior à aplicação do questionário, foi elaborado pelos pesquisadores um roteiro com as questões disparadoras que norteariam o grupo focal (cf. APÊNDICE B) com a finalidade de se realizar o aprofundamento dos achados anteriormente localizados, ou seja, dentre os sujeitos com indicativos de terem dificuldades de relacionamento com seus pais, tomando por base para esta análise as respostas aos questionários. Salienta-se também que a adoção do grupo focal e o modo como este foi desenvolvido é resultado de se ter acatado a sugestão direta e consensual da banca de qualificação desta dissertação.

No primeiro momento, o questionário solicitava do participante dados a respeito de sua identificação pessoal, tais como nome, idade e ano escolar, momento em que questões eram abertas. Em seguida, por meio de questões fechadas, para as quais eram fornecidas alternativas, o participante era questionado a respeito de sua interação com familiares, especialmente o pai. A exemplo da pergunta 4, assim formulada: Você mantém contato com seu pai por outros meios (telefone, internet, etc.): () sim () não.

O questionário foi respondido pelos participantes, os quais foram conduzidos ao auditório da instituição escolar, sendo um grupo com 50 sujeitos pela manhã e 50 pela tarde. Essa etapa foi cumprida em setembro de 2018.

Para a execução do grupo focal, os 14 participantes foram conduzidos para o auditório da unidade escolar, em dois grupos de 7, novamente distribuídos em dois turnos, manhã e tarde. Esses foram selecionados dentre os 100 que responderam ao questionário e se caracterizavam como possivelmente tendo passado ou estar passando pela situação de abandono afetivo paterno para que, desta forma, fosse possível aprofundar as questões investigadas. O presente pesquisador atuou como mediador e condutor das interações. As informações oriundas do grupo focal foram gravadas em áudio, mediante a autorização dos participantes e, posteriormente, as falas foram transcritas com o intuito de facilitar seu manuseio. Essa etapa foi realizada em novembro de 2019.

4.5 QUESTÕES ÉTICAS

O estudo seguiu as recomendações estabelecidas na resolução 466/12 do CNS que estabelece os procedimentos éticos. Durante, naturalmente, o decorrer da pesquisa buscou-se garantir a proteção da privacidade dos entrevistados, a participação voluntária e anônima, garantindo a confidencialidade. Para a aplicação do questionário e do grupo focal, antecedeu-se à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) e do Termo de Assentimento (APÊNDICE D).

Inicialmente, houve o contato prévio com a gestão da unidade escolar para que esta tomasse ciência da intencionalidade de aplicação da pesquisa e fornecesse autorização de acesso às dependências da escola e aos alunos para a realização do

estudo. Em seguida, o projeto em tela foi submetido e aprovado (CAAE: 90869118.7.0000.5628) pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Católica do Salvador. Ademais, após a seleção dos sujeitos da pesquisa, foi realizado agendamento prévio com seus pais e/ou responsáveis com o objetivo de obter as respectivas autorizações, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Assentimento.

4.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A priori, estabelecido como método de abordagem de dados o quantitativo que resultaria da aplicação do questionário. Segundo Maria Eliza André (2002, p. 24), esse tipo de pesquisa não necessariamente será desenvolvida na perspectiva positivista de ciência, pois: “Associar quantificação com positivismo é perder de vista que quantidade e qualidade estão intimamente relacionadas”, havendo, assim, a necessidade de ultrapassar a falsa dicotomia de quantitativo-qualitativo. Sugere, então, a referida autora:

[...]. Eu reservaria os termos quantitativo e qualitativo para diferenciar técnicas de coleta ou até melhor, para designar o tipo de dado obtido, e utilizaria denominações mais precisas para determinar o tipo de pesquisa realizada: histórica, descritiva, participante, fenomenológica etc. (ANDRÉ, 2002, p. 24).

No desenrolar desta pesquisa e da análise parcial dos dados, verificou-se a necessidade de recorrer-se também à análise qualitativa e, nesse respeito, elegeu-se a aplicação de grupo focal. Grupo focal é definido por Dias (2000, p. 3) citando Caplan (1990) “[...] como pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas”, sendo sua principal característica a ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, tendo como base as análises executadas nos aspectos mais profundos e subjetivos do tema estudado.

Em resultado, definiu-se o quanti-qualitativo por método de abordagem. Minayo e Sanches (1993) argumentam que não coadunam de uma perspectiva que preconize a integração entre as abordagens qualitativa e quantitativa, mas sim, na complementaridade de ambas, conforme particularidades do objeto de pesquisa. Afirmam os autores:

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Os dados obtidos por meio do questionário foram tabulados tendo por categorias os aspectos abordados nas perguntas que auxiliaram na caracterização dos entrevistados (idade, sexo e ano escolar) e nas outras relacionadas à interação desses sujeitos com seus familiares, especialmente o pai.

Diante disso, este estudo se propõe a analisar os dados numéricos, ou seja, explorar os valores percentuais, coletados por meio da aplicação do questionário, em associação com dados não numéricos, aqueles obtidos mediante o grupo focal, na tentativa de que, de forma complementar, ambos auxiliem na compreensão da realidade estudada.

Os valores numéricos serão expostos com o auxílio de tabelas, sendo que os percentuais serão organizados em ordem decrescente objetivando a uma melhor visualização dos resultados.

Os relatos do grupo focal serão abordados conforme seja possível relacioná-los aos dados numéricos (como forma de exemplificação) e também levando em conta as categorias não previstas ou não contempladas nos questionários e que se mostraram importantes para a compreensão do tema. Ressalta-se que os sujeitos da pesquisa tiveram suas identidades preservadas, sendo identificados a partir de nomes fictícios.

5 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, serão abordados os resultados obtidos para as categorias, conforme o que foi estabelecido para nortear a coleta e a análise das informações.

É importante lembrar que, para a análise e a interpretação dos dados, definiu-se pelo método de abordagem quanti-qualitativo, na perspectiva de proporcionar uma complementariedade entre as abordagens quantitativa e qualitativa (MINAYO; SANCHES,1993). Dito isso, esclarece-se que este estudo se propõe a analisar os dados numéricos-estatísticos (percentuais), em associação com dados não numéricos, com o intuito de que, de forma complementar, ambos auxiliem na compreensão da realidade estudada. Elucida-se ainda que os relatos do grupo focal serão abordados segundo as categorias previstas no roteiro, ademais, à medida que seja possível, estes serão relacionados aos dados numéricos (como forma de exemplificação e/ou ratificação) e, também, levando-se em conta as categorias não previstas ou não contempladas nos questionários e que se mostraram importantes para a compreensão do tema.

Para a obtenção dos valores percentuais, foram consideradas as respostas ao questionário, aplicado a 100 participantes. Esses dados foram tabulados tendo por categorias os aspectos relacionados à interação desses sujeitos com seus familiares, especialmente o pai. A opção por esse recorte resulta do fato de que esse grupo de perguntas serviu de base para a organização do grupo focal. Os valores numéricos serão expostos com o auxílio de tabelas, sendo que os percentuais serão organizados em ordem decrescente, objetivando a uma melhor visualização dos resultados.

É válido ressaltar que foi elaborado um roteiro com as questões disparadoras que norteariam o grupo focal com a finalidade de se realizar o aprofundamento dos achados localizados por meio da aplicação do questionário. Nesse sentido, participaram do grupo focal 14 sujeitos com indicativos de terem dificuldades de relacionamento com seus genitores.

5.1 ANÁLISE DAS CATEGORIAS DO QUESTIONÁRIO

Em seguida, serão apresentadas as inferências obtidas a partir das análises das informações oriundas das respostas aos questionários, bem como as relações que podem ser feitas com informações coletadas por meio do grupo focal e com outras pesquisas.

5.1.1 Com quem o(a) entrevistado(a) reside

Essa categoria tinha por objetivo observar com quem o(a) entrevistado(a) reside e averiguar se no grupo de pessoas relacionadas estava inserido o pai. Sabe-se que dividir ou não a residência com o genitor não, necessariamente, caracteriza uma situação de abandono e/ou presença (SGANZERLA; LEVANDOWSKI, 2010), contudo, quando relacionada a outros aspectos, essa informação mostra-se de importância para a compreensão da realidade estudada: se há registro de abandono afetivo paterno.

Os dados coletados estão expostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Pessoas com quem o(a) entrevistado(a) reside

	Nº/total	Percentual
Pai e Mãe	39/100	39
Mãe	34/100	34
Outros parentes	12/100	12
Pai	8/100	8
Mãe e Outros	3/100	3
Pai/Mãe e Outros		
parentes	1/100	1
Pai e Outros		
parentes	2/100	2
Sozinho	1/100	1
Amigos	0/100	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme o registro, o maior percentual diz respeito a jovens que afirmam morar com o pai e com a mãe (39%), sendo esta considerada a configuração tradicional de família, a família nuclear, na qual pais e filho(s) compartilham a mesma residência, o que, *a priori*, não proporcionaria ou permitiria situações de abandono.

Para esta análise, não foi possível averiguar se os adolescentes que moram com os pais lidam com a situação do abandono afetivo paterno. Todavia, é de ciência que o abandono afetivo pode ocorrer mesmo em situações em que os genitores e sua prole compartilham da mesma residência, haja vista que este abandono vai além da presença física, em verdade, está relacionado às questões relacionais e efetivas. Sganzerla e Levandowski (2010) asseveram que uma das caracterizações do abandono paterno é a falta de afeto do pai no sentido de distância emocional.

O segundo valor percentual em destaque é o índice de entrevistados que informaram morar apenas com a mãe (34%). Não foram averiguadas as motivações pelas quais esses adolescentes moram apenas com suas mães, em outras palavras, o que explicaria a ausência paterna em suas casas (abandono, separação/divórcio, falecimento etc.). No entanto, é possível afirmar que, dentro da realidade pesquisada, tem-se aqui uma amostra considerável de sujeitos inseridos em famílias monoparentais, uma das configurações familiares observadas e relatadas por muitos pesquisadores na contemporaneidade.

Reproduzimos a seguir as falas de participantes que revelam os dois aspectos aqui comentados: i) segundo Vanessa e Ester, para se sentirem amados por seus genitores, a presença física não era um fator determinante, uma palavra de incentivo ou prestar auxílio em um momento de necessidade já seria interpretado como demonstração de amor ou de presença afetiva; desta forma, ratifica-se a ideia de que a presença ou abandono afetivo não é indissociável da presença ou ausência física; ii) a fala de Érica ajuda a compreender como mães solas³, apesar das dificuldades, têm suprido as diferentes necessidades de seus filhos, até mesmo aquelas que, inicialmente, eles almejavam que fossem supridas pelo pai:

³ O termo “mãe solo”, significa mães por conta própria, seja por circunstâncias ou escolha e remete ao fato de ser a mãe a principal responsável pela criação e educação de uma criança. Disponível em: <https://www.gestacaobebe.com.br/mae-solo-entenda-o-significado-do-termo/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Hoje eu sou o que sou graças à minha mãe, se eu cheguei até algum lugar foi graças à minha mãe, e meu pai não tem dedo em nada, nem incentivo, nem nada, porque **se pelo menos ele fosse um pai que não participa, que não convive comigo, mas me incentivasse: “olha filha faz isso, se é bom pra você vai”**, mas eu não tive isso, eu tenho isso da minha mãe [...]. (Vanessa).

[...] eu passei na... eu fui uma das bolsistas da UCSAL e eu queria poder compartilhar esse momento com ele, **não é ausência fisicamente, mas de sentir o amor**, então quando eu passei nessa pesquisa, ele meio que acabou com os meus sonhos. (Ester).

O pai ele devia dar a identidade, meu pai também, **eu sou o que eu sou por causa da minha mãe. Meu pai saiu de casa há muito tempo, então a identidade que eu tenho é de minha mãe**, mas o que eu quis dizer não é defender seu pai não, o que eu quis dizer, por exemplo, eu não sei você, mas eu passei por crises existenciais por não ter esse papel de pai, já passei por momentos de questionar quem eu sou por não ter esse papel de pai, **então hoje minha mãe fez essa função de trazer quem eu sou**, de trazer minha capacidade, mas antes, tipo, quando eu não tinha essa certeza, pela ausência dele, eu tinha muita dúvida, e é um pouco disso ele deveria fazer esse papel e nem se quer fez e **nem se quer se propôs a se importar**. (Érica).

Um terceiro valor a ser comentado é o percentual de 11% que declararam morar na mesma casa que outras pessoas. Mesmo não tendo solicitado aos participantes que especificassem quem são essas outras pessoas, com base em outras pesquisas a respeito dos cuidados a crianças, jovens e adolescentes, podemos inferir que estes sejam avós e avôs, tios e tias, irmãos e irmãs e pais adotivos (MOREIRA *et al.*, 2012; CARVALHO *et al.* (2012, apud SILVA, 2019).

Entretanto, os cuidados providos por outros, que não o pai e/ou a mãe, não parecem substituir plenamente aqueles que deveriam ser oriundos do pai. Bruna, por exemplo, informou-nos que é filha adotiva e que seus pais adotivos a acolheram com muito amor. Porém, por meio de sua fala, podemos compreender que a ausência deixada pelo pai biológico não foi plenamente preenchida, em especial pelo fato de ela já ter experimentado a oportunidade de desfrutar da presença afetiva, o amor, deste pai:

[...] como as dificuldades eram maiores eu vivia no orfanato, era a única forma que ele tinha de me proteger ao invés de me abandonar, então **ele me deixava no orfanato e ia me visitar às vezes. Quando dava, ele estava ali presente, eu sinto muita saudade disso.** Hoje ele não está mais presente comigo, digamos comigo não, **dentro de mim, ele sempre vai estar**, mas eu digo o fisicamente, ele não tá. **Eu sinto muita saudade dele [...].** (Bruna).

Essa nossa compreensão é ratificada pela fala de Érica que comenta o que foi dito por Bruna:

[...] é interessante pra você observar que tipo, **apesar dela ter toda estrutura, a base do pai adotivo dela, ela sente a falta do pai biológico, porque nunca vai substituir, é algo assim insubstituível.** A gente sabe que a nossa mãe faz o melhor possível, como no caso de (cita o nome de outro Participante) ela teve a sorte de ser adotada, o pai dela adotivo fez o melhor possível, **mas existe sempre aquela falta no nosso coração de ter um pai, aquela coisa de que nada vai ocupar aquele lugar** e sempre tenta ocupar aquele lugar com outras coisas, algumas pessoas com coisas boas, outras com coisa ruins, mas que sempre tenta ocupar esse lugar. (Érica).

Reforça-se, dessa maneira, que, apesar das mudanças nas relações interpessoais e do crescente individualismo até mesmo nas relações familiares (PASSOS, 2007), a figura paterna não é compreendida como dispensável, pelo menos não por todos os filhos e filhas, pois, para estes, o abandono afetivo paterno traz consequências de caráter negativo.

Por fim, nessa categoria, interessa-nos destacar o percentual de sujeitos que informaram morar apenas com o pai, a saber, 8%. Embora, numericamente, não represente um valor muito expressivo, é relevante para considerar a posição da figura paterna na contemporaneidade. Ressalta-se, novamente, que, nesse momento, não foram averiguadas as motivações pelas quais esses adolescentes moram apenas com seus genitores, em outras palavras, o que explicaria a ausência materna em suas casas (abandono, separação/divórcio, falecimento etc.).

Esse dado conduz à inferência de que esses pais, assim como ocorrido às mães, assume um duplo papel, o que rompe com a configuração tradicional de pai, daquele que se responsabiliza prioritariamente (se não exclusivamente) pela provisão material. Aqui talvez ocorra o movimento citado por Staudt e Wagner

(2008) no qual se observa maior participação dos homens nas tarefas domésticas e na criação dos filhos, ainda que de maneira mais discreta.

Parece de suma importância analisar a diferença expressa entre o percentual de entrevistados que declararam viver apenas com a mãe (34%) e aqueles que moram apenas com o pai (8%), em razão de o percentual de mães solas ser quase o quádruplo do de pais solos. Isso pode ser indício de que, apesar de todas as mudanças observadas na contemporaneidade quanto ao papel da mulher na sociedade brasileira, ainda as mulheres são aquelas que mais assumem a responsabilidade de criação dos filhos.

Silva (2019), ao analisar o papel de tios e tias nos cuidados aos sobrinhos e sobrinhas, levando em conta as categorias apoio financeiro, atividades de cuidados e contribuição afetiva, também verificou que as tias foram as mais mencionadas. A esse respeito, Silva cita os estudos de Castro *et al.* (2012), Moreira *et al.* (2012) e Castro e Souza (2012) que já apontavam que, mesmo com as mudanças e com o fato de as mulheres estarem galgando espaço e rompendo com as diferenças e preconceitos de gênero, no que diz respeito aos cuidados, de modo geral, a sociedade ainda tende a “[...] reproduzir dicotomias que legitimam o conceito clássico sobre tal divisão, isto é, o homem ser considerado o chefe e [...] o principal provedor; e as mulheres, considerando não somente o que fazem elas e eles, mas também as horas dedicadas aos cuidados dos filhos pequenos, serem as cuidadoras” (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 322 apud SILVA, 2019).

Ainda com respeito à atuação das mães e pais solos, é válido trazer as informações a respeito do(s) provedor(es) da renda familiar, segundo relatado pelos(as) participantes desta pesquisa (cf. Tabela 3).

Tabela 3 – Principal origem da renda familiar

	Nº/total	Percentual
Mãe	37/100	37
Pai e Mãe	23/100	23
Pai	21/100	21
Outros	18/100	18
Pai/Mãe/Outros	1/100	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As mães aparecem como as principais provedoras materiais da família (37%). Interessante que esse percentual supera aquele registrado para os casos em que o sujeito mora apenas com a mãe (34%); além disso, é maior do que o valor obtido para pai e mãe, com 23%, e para pai, com 21%. Chama-nos a atenção, dentre os genitores, o fato de o pai ser o menos citado como principal responsável pela renda familiar. Sabe-se que podem ser muitas as motivações para essa realidade, tal como o desemprego, entretanto, é preciso considerar também a possibilidade do abandono paterno como uma justificativa.

Esse achado pode nos conduzir a, pelo menos, três inferências: i) o abandono paterno registra-se tanto na perspectiva afetiva quanto na material; ii) mesmo nos casos em que esses adolescentes moram com outra pessoa, que não o pai e/ou a mãe, as mães é que têm atuado como principal provedora material, há por exemplo, registro de casos em que as avós cuidam dos netos, mas que as mães são as responsáveis pela parte financeira; iii) é cada vez maior a participação feminina em suprir as necessidades materiais de seus filhos.

Recorrendo mais uma vez ao estudo de Silva (2019), identificamos uma situação paralela que pode nos auxiliar a compreender a maior participação das mães nas provisões materiais. A autora identificou que, apesar do grande apoio dado por tios e tias, estes não são citados pelos sobrinhos e sobrinhas como grandes auxiliares em questões financeiras. Silva cita também a pesquisa de Rabinovich e Azevedo (2012) em que poucos avós são indicados como provedores. Esses dados parecem ratificar que, mesmo que outros membros da família ofereçam ajuda direta nos cuidados a crianças, adolescentes e jovens, cabe aos pais, aqui em maior valor percentual, às mães, a provisão material.

5.1.2 Se o pai reside na mesma cidade que o(a) entrevistado(a)

Essa categoria tinha por foco observar se o sujeito reside na mesma cidade que seu pai. Voltamos a salientar que compartilhar ou não do mesmo espaço físico (seja residência, cidade ou estado) não, necessariamente, caracteriza uma situação de abandono e/ou presença (SGANZERLA; LEVANDOWSKI, 2010), no entanto, como dito, quando relacionada a outros aspectos, essa informação mostra-se de importância para a compreensão da realidade estudada.

Os dados coletados estão expostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Se o pai reside na mesma cidade que o(a) entrevistado(a)

	Nº/total	Percentual
Sim	86/100	86
Não	14/100	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O maior percentual registrado (86%) é de sujeitos que residem na mesma cidade que seu genitor. Mesmo considerando as ressalvas já comentadas com respeito à relação entre proximidade física e presença afetiva, isso pode ser indício de que a relação entre pai e filho não esteja totalmente rompida. Havemos de considerar que a proximidade física, até certo ponto, pode favorecer a proximidade afetiva ou talvez inibir o abandono afetivo, todavia, as limitações do questionário não nos permitiram verificar se essa relação se apresenta. Contudo, a relação dessa categoria com as categorias 5.1.4 e 5.1.5, que tratam da comunicação entre pai e filho(a), será de auxílio para melhor compreender essa realidade.

5.1.3 Se os pais do(a) entrevistado(a) são casados

Essa categoria objetivava saber dos(as) entrevistados(as) se seus pais são casados. Embora, como já dito, reconheçamos que a presença física ou fato de coabitarem não implica impossibilidade de abandono afetivo (SGANZERLA; LEVANDOWSKI, 2010), é válido considerar que o fato de os pais serem casados pode promover a proximidade afetiva entre pai e filho(a).

Tabela 5 – Se os pais do(a) entrevistado(a) são casados

	Nº/total	Percentual
Não	60/100	60
Sim	40/100	40

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Notamos que a maioria dos(as) entrevistados(as) afirmam que seus pais não são casados. Essa informação mostra-se de suma importância porque a relação

entre o pai e a mãe tem se mostrado como um fator que pode interferir na relação entre o pai e o(a) filho(a). Pesquisas têm mostrado que, quanto melhor for a relação entre os pais, maior a tendência de haver proximidade afetiva entre pai e filho(a).

Silva e Piccinni (2007, p. 570), em seu estudo a respeito de sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno, consideraram o fator: a qualidade das relações dos pais com as mães. Os homens que caracterizaram seus relacionamentos com as mães de seu(s) filho(s) como bons e marcados por pouco conflito e grande facilidade de diálogo sentiram-se mais incentivados a terem um melhor relacionamento entre pai e filho. Interessante que isso se aplica aos dois grupos pesquisados: pais que residem com os filhos e pais que nunca residiram com os filhos. E concluem os autores que:

Pode-se pensar, portanto, que o bom relacionamento com suas esposas facilitava o envolvimento dos pais com seus filhos. Além desse envolvimento direto, o bom relacionamento entre pai e mãe pode fazer com que o pai esteja psicologicamente mais presente para seus filhos através do discurso materno. (SILVA; PICCINNI, 2007, p. 570).

Sublinhamos, entretanto, que não se mostrou possível analisarmos se, de fato, dentre os sujeitos desta pesquisa, a qualidade da relação entre seus pais tem interferido na situação de abandono afetivo paterno, seja por inibi-lo, seja por fomentá-lo.

5.1.4 Com que frequência o(a) entrevistado(a) vê o pai

Essa categoria tinha por intuito averiguar, de forma mais direta, indicações ou não de registro de abandono afetivo paterno. Embora o ato de ver o pai não represente, imperiosamente, que não ocorre o abandono afetivo, o fato de pai e filho se verem, até certo ponto, pode ser interpretado como a indicação de estes têm, pelo menos, uma relação de proximidade e/ou comunicação direta.

Os percentuais obtidos encontram-se na Tabela 6.

Tabela 6 – Com que frequência o(a) entrevistado(a) vê o pai

	Nº/total	Percentual
Todos os dias	61/100	61
Não vejo	26/100	26
15 dias	8/100	8
30 dias	5/100	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Dos percentuais obtidos, destacam-se os 61% que declararam ver o pai todos os dias, o que pode ser visto como algo positivo, especialmente para reforçar os laços afetivos na relação pai-filho(a).

Entretanto, também é saliente os 26% que afirmam não verem seus pais, especial quando retomados os dados do item 5.1.3, em que 86% dos adolescentes informaram residir na mesma cidade que seus pais, o que, segundo se espera, facilitaria o contato entre pai e filho(a). Dessa forma, podemos conjecturar que esses 26% que não veem seus pais têm enfrentado situação de abandono afetivo paterno ou que, no mínimo, há um distanciamento entre pai e filho(a).

Não foi possível analisar mais a fundo, por meio do questionário, as motivações para que esse contato entre pai e filho(a) não ocorra, porém, podemos supor que, pelo menos parte destes estejam em situação de abandono afetivo paterno.

5.1.5 Se o(a) entrevistado(a) mantém contato com o pai por outros meios que não pessoalmente

Com essa categoria buscava-se saber se o(a) entrevistado(a) mantém contato com o pai por outros meios que não pessoalmente (Vide Tabela 7).

Tabela 7 – Se o(a) entrevistado(a) mantém contato o pai por outros meios

	Nº/total	Percentual
Sim	64/100	64
Não	36/100	36

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Registro positivo é o fato de que 64% dos sujeitos declararam manter contato com pai por outros meios. Isso indica que, mesmo aqueles que não se comunicam com o pai pessoalmente, o fazem utilizando-se de outros recursos. Cabe lembramos a ciência de não haver relação intrínseca entre o contato, a comunicação, e presença afetiva. Aqui não investigamos, mas é sabido que esse contato pode ser para tratar apenas de assuntos e demandas dos filhos sem que isso signifique, necessariamente, que entre pai e filho haja uma relação afetiva; entretanto, não estamos excluindo a possibilidade de essa afetividade existir e ser alimentada por meio desse contato.

Além disso, esses dados mostram-se complementares aos discutidos no item 5.1.4, em que 26% declararam que não veem o pai e 13% o fazem esporadicamente (a cada 5 ou 30 dias). Isso pode significar que, embora não se encontrem com seus pais pessoalmente, esses adolescentes mantêm contato utilizando-se de outros meios, o que pode ser visto como algo positivo na relação pai-filho(a) já que pode ser de auxílio para manter e/ou reforçar os laços afetivos.

5.1.6 De que forma o(a) entrevistado(a) considera sua relação com o pai

Esperávamos que esse questionamento nos permitisse verificar mais diretamente se a relação do sujeito com o pai implicava presença ou abandono e que avaliação qualitativa ele faz dessa relação.

Os dados foram expostos na Tabela 8.

Tabela 8 – De que forma o(a) entrevistado(a) considera sua relação com o pai

	Nº/total	Percentual
Boa	36/100	36
Ótima	27/100	27
Ruim	25/100	25
Não possui	12/100	12

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Importante verificar que a relação com o pai é vista de modo positivo pela maioria dos filhos, ficando entre boa (36%) e ótima (27%). Vale ressaltar que esses percentuais incluem aqueles filhos que afirmaram morar com o pai e a mãe ou

apenas com o pai, que veem o pai com frequência e que se comunicam com o pai por outros meio.

Em seguida, têm-se aqueles que consideram a relação ruim (25%). Estes talvez incluam aqueles se comunicam com o pai, presencialmente ou por outros meios, mas estão inseridos em um contexto em que, como discutido no item 5.1.5, a comunicação não necessariamente signifique relação afetiva.

Por fim, os que informaram não possuírem relação com o pai (12%). Esses sujeitos podem ser identificados como aqueles que passam por situação de abandono paterno, especificamente o abandono afetivo. São sujeitos que merecem atenção na tentativa de que suas vidas não sejam afetadas tão negativamente pelas consequências do abandono ou ausência paterna. Sganzerla e Levandowski (2010) salientam que, a depender do manejo dos membros da família e da presença de uma rede de apoio social com a qual esse sujeito possa contar, os efeitos adversos dessa condição familiar podem até mesmo ser minimizados.

5.1.7 Se a falta de convívio com o pai interfere na vida do(a) entrevistado(a)

Esperávamos que essa pergunta nos permitisse verificar indícios de possíveis consequências resultantes do abandono paterno, entendida aqui como a ausência de convívio entre pai e filho(a).

Os dados foram expostos na Tabela 9.

Tabela 9 – Se a falta de convívio com o pai interfere na vida do(a)entrevistado(a)

	Nº/total	Percentual
Não	59/100	59
Sim	41/100	41

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme os dados obtidos, a maioria dos adolescentes entrevistados (59%) afirma que suas vidas não sofrem interferência da falta de convívio com o pai. Esse resultado pode ter sido influenciado por aspectos aqui já comentados, tais como o fato de: i) alguns filhos(as) considerarem que a mãe tem suprido a ausência paterna (vide item 5.1.1) ii) os(as) filhos(as) manterem contato com o pai por outros meios que não pessoalmente (vide item 5.1.5); iii) ou mesmo os casos em que os(as)

filhos(as), apesar do abandono, afirmam não sentir falta do pai. Esse último aspecto pode ser exemplificado pela fala de um dos participantes:

Eu acho que... pior que realmente eu não sei, **na verdade eu não sinto muita falta dele**, até porque pelas coisas que ele fez, tipo **não tem porque eu sentir tanta falta**, eu tenho empatia⁴, então não sei o que é. (Viviane).

Entretanto, reconhece-se que esse quadro carece de investigação mais aprofundada, o que não se mostrou possível realizar em razão das limitações desta pesquisa. Havemos, inclusive, de considerar a possibilidade de negação da falta do pai como uma forma de proteção emocional, ou seja, uma estratégia para evitar ter de lidar aberta ou diretamente com a(s) dor(es) consequentes do abandono.

Todavia, é válido comentar o percentual de 41% para os quais a falta de convívio com o pai afeta suas vidas. Por meio do questionário, não foi possível investigar quais talvez sejam essas interferências da ausência paterna. No entanto, ao recorrermos às narrativas do grupo focal, algumas informações se revelam, sendo algumas delas dignas de atenção em razão do impacto que representam na vida do filho(a).

Assim, como eu disse, como eu não tive um pai muito presente e quando eu era pequena, eu não entendi o porquê, até porque eu **era uma criança, então eu ficava me perguntando onde é que ele estava, o porquê que ele tinha feito isso [...]**. (Viviane).

Nem todo mundo vai superar, porque tem gente que consegue, mas tem gente que não consegue, infelizmente. **Faz de tudo para tentar esquecer ou não levar consigo mesmo, mas acaba levando, entendeu? Infelizmente, acaba levando porque é muito forte... é uma coisa.. é uma dor insuportável, é uma dor muito profunda, entende? Não é uma coisa besta.** (Ester).

[...] ele nunca fez nada, ele nunca ligou pra mim entendeu, e eu **comecei a me questionar porque ele nunca ligou para mim, porque ele nunca deu a mínima, aí eu entrei em depressão, aí eu comecei a tentar me suicidar porque eu não tinha um pai, porque eu via todos os meus amigos com o pai e eu não tinha um pai** e por simplesmente (voz trêmula e chorosa)

⁴ Levando em consideração o contexto da conversa, compreendemos que o participante desejava usar o termo apatia, que significa indiferença.

eu tentar ter um pai eu não conseguir, eu simplesmente corri atrás dele ele nunca deu a mínima pra mim, entendeu? Aí eu **comecei a me mutilar**, com uns sentimentos confusos: como, eu odeio ele, mesmo assim eu consigo amar, entendeu? **Isso é o que mais machuca eu ter algum sentimento por ele [...]**. A imagem que eu carrego do meu pai **é como se ele tivesse morto estando vivo**, como eu já falei, porque antes ele estivesse morto porque eu sabia que não ia viver nada disso, e **não ia sofrer nada disso**, simplesmente saber que ele está morto, e eu sei que ele está vivo, eu sei que ele é capaz de fazer tudo por mim, ao mesmo tempo eu sei que ele nunca fez nada por mim, **ele nunca mexeu um prego na barra de sabão, entendeu? Isso é o que mais machuca porque eu sei que ele pode fazer e eu sei que ele também não faz.** (Artur).

A partir dos excertos citados, notamos que as repercussões do abandono afetivo paterno afetam, em especial, a vida emocional e psicológica dos filhos. Felzenswalb (2003 apud DAMIANI; COLOSSI, 2015) identificou que o afastamento afetivo do pai pode promover o desenvolvimento de padrões de interação disfuncionais e suscitar sentimentos de abandono, rejeição e culpa, colocando em risco a formação de novos vínculos.

Situações semelhantes às relatadas por Felzenswalb podem ser identificadas nos relatos de alguns participantes desta pesquisa. Na fala de Viviane, verificamos o desejo, talvez a ânsia, de compreender a motivação para o abandono. Ester refere-se a “uma dor insuportável” e “muito profunda” que se estende ao longo da vida. E Artur chega a relatar situações graves, tal como automutilação, depressão e pensamentos suicidas.

Nesse sentido, é de extrema importância salientar que os efeitos do abandono paterno na vida dos jovens podem se estender a anos posteriores, tal como a fase adulta, o que, inclusive, pode levar à necessidade de acompanhamento psicológico. Tal realidade foi verificada por Damiani e Colossi (2015) que realizaram uma pesquisa qualitativa, exploratória, com quatro adultos, entre 25 a 40 anos, pacientes de psicólogos da serra gaúcha, que tinham em comum a percepção de ausência paterna, seja física ou afetiva. O estudo confirmou o ressentimento dos filhos adultos em relação à ausência do pai e à carência afetiva que esta ausência tenha causado. As autoras verificaram que o impacto desse distanciamento, seja físico e/ou afetivo, reflete em sentimentos de desvalorização, abandono, solidão,

insegurança, baixa autoestima e dificuldades de relacionamento que começam a ser percebidos na infância e continuam interferindo na trajetória de desenvolvimento na idade adulta.

De forma semelhante, Bicca (2015) explica que a criança ou adolescente abandonado pode vir a desenvolver problemas em seu comportamento e desenvolvimento mental e social, os quais podem vir a durar muito tempo. O autor lembra que tal situação pode gerar “[...] distúrbios de comportamento, de relacionamento social, problemas escolares, depressão, tristeza, baixa autoestima, inclusive problemas de saúde, entre outros devidamente comprovados por estudos clínicos e psicológicos” (*ibidem*, p. 15).

Sendo assim, estudos como os Damiani e Colossi (2015) e o de Bicca (2015), dentre outros, reforçam a importância de se dar atenção a relatos como os coletados mediante esta pesquisa os quais deixam claro o quanto o abandono afetivo paterno pode resultar em consequências nefastas na vida dos jovens.

Nesse momento, mostra-se importante tratarmos da relação entre o desenvolvimento humano e o abandono afetivo paterno, ressaltando as consequências que tal ausência pode provocar nos adolescentes, em especial no que concerne ao desenvolvimento biopsicossocioemocional.

As teorias nos estudos da Psicologia sobre o desenvolvimento humano (Vide cap. 3), quanto à adolescência, fase em que se encontram os participantes desta pesquisa, concordam ser esta uma etapa marcada por mudanças, conflitos e insegurança. Nesse respeito, daremos ênfase à teoria de Piaget, segundo a qual o desenvolvimento humano é explicado por meio do conceito de equilíbrio, um fenômeno que possui um caráter universal, comum a todos os seres humanos, mas que também sofre interferência do meio e das vivências de cada um.

Piaget salientou a importância do afeto e da cognição para que o sujeito possa se adaptar exitosamente no seu meio. A afetividade, na perspectiva de Piaget, trata-se de uma energia psíquica que possibilita o sujeito colocar-se em ação ou não. Assevera o autor:

[...] é sempre a afetividade que constitui a mola das ações das quais resulta, a cada nova etapa, esta ascensão progressiva, pois é a afetividade que atribui valor às atividades e lhes regula a energia. Mas, a afetividade não é nada sem a inteligência, que lhes fornece os meios e esclarece os fins. (PIAGET, 1999, p. 65).

Na teoria piagetiana, a afetividade é dividida em estágios, sendo que o sexto ocorre na adolescência. Sobre essa fase, defende Piaget:

[...] por volta dos 11 a 12 anos, é que se torna possível a construção dos sistemas que caracterizam a adolescência. As operações formais fornecem ao pensamento um novo poder, que consiste em destacá-lo e libertá-lo do real, permitindo-lhe, assim, construir a seu modo as reflexões e teorias. [...] Esta é uma das novidades essenciais que opõe a adolescência à infância: a livre atividade da reflexão espontânea. (PIAGET, 1999, p. 60).

Podemos compreender, então, que é na adolescência que os sujeitos refletem a respeito de suas vidas e da realidade em que estão inseridos, bem como projetam perspectivas para seu futuro. Posto isso, é possível que esses reflitam a respeito de suas relações familiares, o que inclui a relação pai-filho(a), analisando-a por meio de reflexões (conforme visto na fala de Viviane: “[...] eu ficava me perguntando onde é que ele estava, o porquê que ele tinha feito isso [...]”) e também criando expectativas, tomando por base situações do cotidiano (segundo o que se observa na fala de Artur: “[...] porque eu via todos os meus amigos com o pai e eu não tinha um pai [...]”). Dessa forma, é possível considerar que o abandono ou a ausência paterna pode interferir negativamente nessa afetividade a ser desenvolvida na adolescência e que é vista por Piaget como mola propulsora que leva os sujeitos à ação.

Ainda tratando da importância da afetividade na adolescência, Piaget mostra como esta está relacionada com o programa de vida desses sujeitos e atrelada às relações pessoais:

Em geral, o adolescente pretende inserir-se na sociedade dos adultos por meio de projetos, de programas de vida, de sistemas muitas vezes teóricos, de planos de reformas políticas ou sociais. [...] nos adolescentes, o programa de vida aparece mais intimamente ligado às relações pessoais, e seus sistemas hipotético-dedutivos assumem mais a forma de uma hierarquia de valores afetivos do que a de um sistema teórico. Mas, trata-se sempre de um plano de vida que ultrapassa o real, e se ele está mais ligado às pessoas, é porque a existência que prepara é, precisamente, mas feita de sentimentos interindividuais definidos do que de sentimentos gerais. (PIAGET, 1999, p. 63).

Sendo assim, na adolescência, as consequências da ausência ou “deficiência” dessa afetividade e de relacionamentos pessoais, em especial com a família – no caso deste estudo, com o pai –, poderão ser de caráter danoso no desenvolvimento para a vida adulta.

5.1.8 Quais atitudes do pai o(a) entrevistado(a) reprova

Com esse questionamento, esperávamos observar se havia atitude(s) do pai que o(a) entrevistado(a) reprova e observar a possibilidade de alguma dessas atitudes estar relacionadas com os relatos de abandono afetivo paterno e, principalmente, verifica se no item *Outros* os adolescentes acrescentariam respostas e/ou termos que remetessem ao abandono paterno.

Os dados correspondentes a essa questão estão expostos na Tabela 10.

Tabela 10 – Que atitude do pai o(a) entrevistado(a) reprova

	Nº/total	Percentual
Outros⁵	33/100	33
Rigidez	23/100	23
Consumo de bebida alcóolica	23/100	23
Rigidez/Outros	7/100	7
Atitudes Violentas	4/100	4
Consumo de bebida alcóolica/Atitudes Violentas	3/100	3
Atitudes Violentas / Rigidez	2/100	2
Consumo de bebida alcóolica/Outros	2/100	2
Consumo de bebida alcóolica/Atitudes Violentas /Rigidez	1/100	1
Não respondeu	1/100	1
Todas as alternativas	1/100	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

⁵ Item do questionário aberta, que permitia ao(a) entrevistado(a) se expressar livremente (Vide APÊNCIDE A).

Considerando os dados, vemos que as categorias *Rigidez* e *Consumo de bebidas alcoólicas* (cada uma com 23%) são apontadas pelos(as) entrevistados(as) como as atitudes do pai que mais eles/elas reprovam. Em razão de limitações da pesquisa, não foi possível averiguar se tais atitudes teriam relação com os relatos de situação de abandono. O que percebemos foi que essas opções foram escolhidas tanto pelos jovens que relataram morar com o pai quanto por aqueles que moram apenas com a mãe ou com outras pessoas. Assim sendo, *a priori*, podemos inferir que essas atitudes que tiveram maior índice de reprovação (*Rigidez* e *Consumo de bebidas alcoólicas*) não se restringem ao contexto de abandono paterno, estando presentes em famílias de distintas configurações e que enfrentam diferentes realidades. Somente um estudo focado nessa temática poderia elucidar outros aspectos relacionados a essa questão, tal como saber dos filhos(as) porque eles não aprovam essas posturas da parte de seus pais.

Essa não aprovação de uma postura rígida por parte do pai pode estar ligada justamente ao que se espera da figura paterna na atualidade, com a quebra da figura patriarcal e autoritária. Segundo Petrini (2016, p. 25), as famílias têm se adaptado a “[...] algumas das exigências da cultura contemporânea”, dentre estas, rejeitar “[...] modelos autoritários nos relacionamentos conjugais e na educação dos filhos”. Assim:

[...] as relações entre pais e filhos ganham respeito e flexibilidade, deixam os modelos centrado na autoridade e na disciplina, enquanto são incorporados os valores de diálogo, negociação, tolerância, horizonte de amplo pluralismo ético e religioso. (PETRINI, 2016, p. 25).

Com respeito ao item *Outros*, ressaltamos que aquilo que supúnhamos ocorreu: alguns dos entrevistados registraram comentários que podem ser interpretados como estando relacionados à situação de abandono afetivo paterno ou entendidos como indicativo de problemas no relacionamento entre pai e filho(a), tal como a ausência, a dificuldade para comunicarem-se e o não estabelecimento da relação de confiança. A seguir, a transcrição desses registros: “Não me dá muita atenção”. “Falta de atenção”. “Pelo fato de morar longe”. “Ausência”. “Preconceito, violência verbal, falta de confiança”. “Eu não conheço meu pai”. “Falta de diálogo”.

Essas expressões nos ajudam a compreender algumas das situações conflituosas enfrentadas pelos adolescentes na relação pai-filho(a), independentemente de o(a) filho(a) encontrarem-se em situação de abandono afetivo paterno, as quais merecem atenção, pois, conforme salienta Donati (2008), é preciso não apenas identificar e compreender os problemas que atingem as famílias, mas, acima de tudo, planejar e realizar intervenções no plano familiar.

5.2 CATEGORIAIS IDENTIFICADAS A PARTIR DO GRUPO FOCAL

Conforme elucidado, o roteiro para o desenvolvimento do grupo focal (APÊNDICE B) foi organizado, levando-se em conta a análise prévia de algumas respostas aos questionários. Parte desses dados foi explorada no item anterior (5.1) como exemplificação ou para ratificar os dados numéricos obtidos por meio da aplicação do questionário. Diante disso, este subtópico propõe-se a analisar as categorias que pudemos identificar a partir dos relatos coletados durante a aplicação do grupo focal, tanto as previstas, conforme estabelecido no roteiro, quanto as que surgiram de forma espontânea. Havemos de ressaltar que não foi possível contemplar todas as perguntas norteadoras estabelecidas para o grupo focal haja vista que a prioridade foi que os(as) entrevistadas(as) falassem livremente sobre suas concepções a respeito da figura paterna bem como de suas relações com seus pais.

Consideramos pertinente, apresentar alguns comentários a respeito do grupo focal. A realização do grupo focal foi uma experiência eficaz tendo em vista a possibilidade de ampliação da coleta de dados em torno da pesquisa proposta. Além disso, tornou-se um momento de maior interação e aproximação com participantes da pesquisa, o que permitiu uma melhor compreensão de suas subjetividades e perspectivas quanto ao abandono afetivo paterno, seja essa uma realidade enfrentada por eles ou por outros, bem como sua relação com a figura paterna. Salientamos que para o grupo focal foram selecionados 14 sujeitos, divididos em dois grupos de 07 participantes.

O primeiro grupo demonstrou o que pode ser interpretado como indícios de cristalização das emoções em relação à figura paterna e à possibilidade de abandono afetivo. Assim, percebeu-se o que pode ser compreendido como um

processo de “adultização” dos adolescentes e, em suas falas, o aprofundamento das questões existenciais de forma muito importante. Neste grupo, seus participantes, em sua maioria, expressaram estar enfrentando algum tipo de problema na sua relação com a figura paterna, dentre eles o abandono afetivo, e trataram da temática a partir de uma perspectiva menos emotiva ou de aparente maior controle emocional, e talvez, mais crítica, ao passo que analisavam o papel e os comportamentos dos pais e externavam suas expectativas em relação a estes. Este grupo mostrou-se bastante participativo, ao passo cada um revelou-se à vontade para expor seu ponto de vista e suas vivências, propiciando riqueza qualitativa ao estudo.

O segundo grupo, ao abordar a questão da figura paterna, mostrou-se mais emotivo. A todo instante, ocorriam picos de emoção profunda e até mesmo episódios de choros. Os sentimentos destes participantes em relação a seus pais foram demonstrados de forma mais aberta, com uso de expressões que refletiam o quanto se sentiam afetados pelo fato de estarem enfrentado um distanciamento ou abandono afetivo por parte de seus pais. É neste grupo que se encontraram, por exemplo, sujeitos que afirmaram não saber um significado para a palavra pai, haja vista não ter tido um pai; não sentirem falta de um pai; e para os quais a palavra pai remete a sentimentos marcadamente negativos, tais como “ódio”, “ausência” e “decepção”. De forma semelhante ao grupo anterior, neste grupo focal, os participantes sentiram-se confortáveis para expor seu ponto de vista e suas experiências, propiciando riqueza qualitativa ao estudo.

A seguir, as categorias identificadas a partir do grupo focal.

5.2.1 O que representa a palavra “pai”

As informações que serão analisadas neste subitem resultam da pergunta disparadora *O que lhe vem à mente quando ouve a palavra pai?* Separamos as respostas em dois grupos:

- aquele em que a palavra pai está relacionada a aspectos positivos: “segurança”, “melhor pai para mim”, “identidade”, “expectativas e fatos culturais” e “alicerce”.

Vemos, assim, que as expressões compreendidas como de caráter positivo ratificam a importância da figura paterna na vida dos filhos. Nesse respeito, pontuam com recorrência as questões afetivas em detrimento das questões materiais. Por exemplo, além das já referidas – transmitir segurança, ajudar o filho a criar e/ou desenvolver uma identidade, servir de alicerce –, em outros momentos dos diálogos, que não na resposta direta à pergunta disparadora em questão, aparecem ainda: dar apoio em momentos de fragilidade emocional e aconselhar.

A seguir, a reprodução de falas que ilustram esses achados.

[...] eu entendo que a função do pai é trazer **identidade** para o filho, é trazer essa **segurança** e **com a segurança trazer a identidade de quem o filho é**, pois a gente cresce sem saber quem é [...]. (Érica).

Poxa, ele não deveria ter feito aquilo comigo, não deveria ter falado aquilo comigo, não era assim que era para ele agir como pai, porque **a gente espera que um pai diga: eu estou com você, eu te dou segurança! Que reclame com a gente** [...]. (Rafael).

[...] o pai na minha visão é aquele que, que traz **a identidade**, reforçando o que a (cita o nome de outro Participante) falou, que forma o nosso caráter, a mãe traz aquele amor, aquele aconchego, mas **quando o nosso pai diz alguma coisa para a gente, não sei por que é tão forte, é tão avassalador, não sei se é esse termo, que, poxa pode acontecer o que for, a gente sabe que a gente é assim, quando meu pai disse uma vez assim para mim: “poxa (cita o próprio nome) você é inteligente”**. **As pessoas podem me dizer o que for hoje, nada vai tirar da minha cabeça que eu sou inteligente**. (Érica).

Pai não dá o caminho, vamos supor, ele te orienta o caminho, o caminho qualquer um de nós fazemos, pois ele só o quê... não vá por esse caminho porque lá na frente você vai se estrear, porque eu já passei por isso também, a única coisa que vai acontecer é **ele orientar a gente a construir do nosso caminho**. (Vanessa).

- em que a palavra pai está relacionada a aspectos negativos: “ausência”, “atraso”, “ódio e ausência” e “decepção”.

A palavra pai é uma decepção, porque o meu pai para mim é uma decepção, é como se eu tivesse um pai vivo, não tendo. (Artur).

Eu acho que eu diria o mesmo em relação a isso, **é uma decepção, como ele disse**, é um pai vivo, só que não está nem aí para você, ele não se importa ele não te procura, não faz nada. (Viviane).

Dentre o que pode ser compreendido como tendo caráter negativo, está justamente o foco deste estudo: o abandono afetivo paterno. Algumas falas demarcam essa realidade enfrentada pelos(as) entrevistados(as):

Ausência [...] Porque em vários momentos que eu precisei do meu pai em questão, **ele não estava presente**, ele estava presente para outras que não são do sangue dele, **mas não estava presente para mim** [...]. (Vanessa).

Ele fez muitas coisas ruins para mim, **no momento que eu mais precisava dele, ele simplesmente desapareceu** (choro compulsivo da entrevistada). Eu passei na... eu fui uma das bolsistas da UCSAL e eu queria poder compartilhar esse momento com ele, **não é ausência fisicamente, mas de sentir o amor**, então quando eu passei nessa pesquisa, ele meio que acabou com os meus sonhos. (Ester).

Interessante comentar que uso desses termos parece estar ligado à qualidade da relação pai-filho (se boa ou ruim) e às expectativas que estes possuem quanto ao papel do pai na vida dos filhos. Isso fica claro quando consideramos os contextos das falas bem como seus locutores.

Nesse sentido, é válido recorreremos ao estudo de Moreira, Rabinovich e Silva (2009), realizado com 60 crianças, em idade variando entre 6 e 10 anos, residentes, metade na capital e outra metade em cidades do interior, acerca do significado que atribuíam à família e aos familiares. Uma das perguntas era “o que é ser pai”, e as respostas variaram de acordo com o nível sócio educacional, bem como o local da moradia, incluindo qualidades como “lúdico”, “cuidador”, “não sei”, “provedor”, “afetivo”, “disciplinador”, “trabalhador” e “bom”. Destacaremos aqui o que as autoras denominaram de Grupo 1 e Grupo 2 formados por crianças da capital, dentre os quais a concepção de pai mais mencionada é a de “cuidador” – definido pelas pesquisadoras como “o pai que cuida dos filhos, que os cria ou ainda os ajuda e

protege quando necessário” –, seguida de “provedor” – “o que fornece sustento ou dá as coisas que a criança necessita” (*ibidem*, p. 81), expressões essas que não foram identificadas na presente pesquisa, mas que podem ter relação com os termos “segurança” e “melhor para mim”, verbalizados por alguns participantes. Ao detalhar os achados da categoria “outros”, as autoras revelam a presença de termos que estão relacionados a aspectos negativos: “ausente”, “tem características negativas”, “é chato”. Salientamos, então, que a questão da ausência, conforme se observa em diferentes momentos desta pesquisa e outras aqui citadas, é uma das realidades enfrentadas pelos adolescentes na relação pai-filho(a).

5.2.2 A figura do pai na contemporaneidade

A partir da pergunta disparadora *Como você vê o papel dos pais na atualidade?* esperávamos verificar se os(as) filhos(os) percebem mudanças na figura paterna, semelhante ao que é apontado em diversos estudos a respeito da temática (BANDEIRA *et al.*, 2005; STAUDT; WAGNER, 2008; GOMES; RESENDE, 2004).

Os(as) entrevistado(as) citam questões de grande relevância, tal como a ausência paterna, falta de diálogo entre pai e filho, e até mesmo situações de violência no âmbito familiar provocadas pelo pai, aquele que é ainda visto como um dos responsáveis por prover proteção e segurança.

Um pai presente, que se tiver que puxar a orelha puxe, se tiver que reclamar reclame, botar de castigo, obviamente, mas **aquele pai que se eu precisar conversar**, mesmo eu estando errada, que ele sente para me ouvir, porque **hoje é muito difícil você achar um pai que senta para ouvir o que o filho está passando, ou até um pai mesmo que pergunte o que o filho está sentindo ou passando** exatamente, **um pai compreensivo**, um pai presente. (Bruna).

Hoje eu acho difícil existir um pai presente, porque assim, a gente vê nos noticiários muitas coisas em relação aos pais, pai estuprando a própria filha, pai espancando. É certo que o pai tem que dá uma pressão, mas não espancar [...]. Hoje em dia eu acho muito difícil um pai presente, um pai não digo presente, **um pai hoje em dia eu só vejo por nome – pai –**, entendeu? **Não vejo por ação**, não vejo por... como é que posso te explicar, **nem por papel, só vejo por nome mesmo, pai por nome, apenas isso.** (Clara).

Eu acho que um pai para atualidade hoje em dia alguém compreensivo, teria que ser alguém muito compreensivo e paciente, porque tem que tentar entender que o que era no passado. Por exemplo, se a gente tem a aceitação do pai hoje em dia, ele vai ter que entender que a infância dele não vai ser a mesma infância da criança, ele vai ter que entender que na infância dele, ele brincava de gude, na infância do filho dele, o filho dele vai brincar com um *tablet*. (Érica).

Podemos inferir que o que os(as) filho(as) esperam é que seu pai desempenhe a chamada paternidade contemporânea, na qual os pais são “[...] mais presentes, mais envolvidos, mostrando-se amorosos e próximos no cotidiano da família, rompendo com a concepção tradicional que estabelecia distanciamento físico e afetivo (FITERMAN; MOREIRA, 2016, p. 119).

5.2.3 O comportamento dos pais pode ser reflexo da criação que receberam

Apresentamos aqui uma das categorias não prevista no roteiro, que surgiu espontaneamente nos diálogos e consideramos merecer atenção.

Nesse momento, os(as) entrevistado(as) declararam considerar que uma das motivações para terem pais ausentes ou distantes afetivamente pode estar relacionado ao modo como estes genitores se relacionavam com seus pais, os quais apresentavam o mesmo comportamento. Contudo, esses adolescentes elucidam que esse não deve ser visto como um fator determinante e que a forma como a relação pai-filho se desenvolverá depende das escolhas que os genitores fazem: reproduzir ou não as situações em que viveram.

Independente da criação que os pais tiveram, eu sei que nasce um pai e uma mãe conforme nasce uma criança, mas **acho que independente da situação que nossos pais tiveram, independente do que eles passaram, acho que eles não deveriam projetar isso na gente**, deveriam colocar na mente de que eu vou dar o meu melhor, **não vou ser o que meu pai e minha mãe foram para mim, eu acho que a criação que eles tiveram não tem que interferir na criação que eles vai dar para gente [...]**. (Vanessa).

Posso complementar o que ela falou, **o muito do que nossos pais já fizeram foram por escolhas dele**, assim como hoje a gente tem escolha, então assim, **eles escolheram passar**

adiante, assim como a gente tem escolha onde passar a diante [...] Eu não estou querendo trazer novamente essa questão de ele faz sem querer, mas **a gente sem querer a gente faz as coisas, assim sem perceber, agora tem coisas que a gente percebe, e aí entra aquela questão, eu posso escolher passar isso ou não**, porque hoje muita gente diz “pow [citando o próprio nome] você parece muito com seu pai” meus tios falam, coisas mínimas assim que eu não percebo, sem querer a gente passa, agora tem coisas, como forma de agir, forma de tratar e sucessivamente, que a gente pode escolher ou não, eles escolheram, **quer dizer que só porque eles escolheram a gente vai escolher a mesma coisa?** (Rafael).

[...] mas **a pessoa muitas vezes é fruto do meio, alguém que nunca foi amado não tem como dar amor**, a dar o que você tem, por exemplo, talvez você até ame, você não é muito aquela pessoa de abraçar ou de beijar, já ouviram aquelas pessoas assim: ah, eu não gosto de abraçar e de beijar? Porque **elas não foram abraçadas e beijadas quando eram crianças, e quando vão começar a se relacionar com outras pessoas não vão querer se abraçar e beijar tanto porque elas não aprenderam aquilo, não tinha como nosso pai dar para gente aquilo que ele não tinha, a questão da paternidade o meu também não tinha um pai presente**, então ele também não foi um pai presente, porque ele não sabia o que era ir para um colégio para ver a reunião do filho, **porque o pai dele nunca foi**, ele nunca sabia o que era chegar em casa e perguntar: “E aí, fez a lição de casa?” **Porque o pai dele não estava em casa, então a gente não pode dar aquilo que a gente não tem** [...] (Érica).

Eu acho que fazer a diferença. É a única coisa que eu tenho a dizer. **Faça a diferença, porque sempre foi importante isso, você não deve se igualar aos outros pais que não foram presentes**, então, eu acho que é isso. (Viviane).

As falas reproduzidas acima coadunam com o estudo de Beltrame e Bottoli (2010) que, ao realizarem uma pesquisa com pais, perceberam que os entrevistados afirmavam buscar referência em seus próprios pais para exercerem a paternidade, entretanto, tinham por objetivo a ressignificação do que fazem no que diz respeito aos aspectos afetivos e educacionais, ou seja, por não concordarem com as atitudes de seus pais, procuravam agir de forma diferente na relação com seus filhos.

Essa preocupação com o fazer diferente na relação com o filho é ratificada pelas descobertas de Gomes e Resende (2004), em que os pais entrevistados descreveram o pai de antigamente como autoritário e de grande poder hierárquico,

de relacionamento frio com os filhos. Em razão disso, esses pais da contemporaneidade se propuseram a fazer a “[...] (re)construção da paternidade”. Registraram os autores: “A experiência com a ausência de uma figura paterna calorosa, que conseguia alimentar a imagem de pai severo e autoritário, levou-os a idealizar um pai mais tolerante e afetuoso, e a se proporem assumir este lugar” (*ibidem*, sem paginação).

5.2.4 É possível perdoar o pai ausente ou superar as consequências do abandono

Apesar de apontarem as consequências nefastas provocadas pelo abandono afetivo paterno, os(as) entrevistados(as) falaram da possibilidade de perdoar o pai, superar a situação de abandono e até mesmo voltar a relacionar-se pacificamente com o seu genitor.

Eu sempre digo a minha mãe que, **mesmo meu pai sem me pedir perdão ou desculpa ou algo do tipo, eu perdoei ele, se ele precisar, eu vou está sempre aqui**, porém ele já perdeu muita coisa da minha vida, coisas que ele não vai conseguir recuperar só com esse perdão, né? Não é só assim chegar simplesmente tentar incluir ele na minha vida porque não vai funcionar, porém **o que ele precisar eu vou está aqui, vou tentar o máximo possível viver bem com ele, até porque é sangue do meu sangue, é o meu pai! Mas é aquela coisa ainda fica um ressentimentozinho, mais eu tento deixar de lado para poder deitar minha cabeça tranquila no travesseiro.** (Vanessa).

Trazendo essa questão da reconciliação, com a visão que ele trouxe, eu diria que não é nesse momento inicial, **tanto para o filho não é nem uma questão de perdão, com o tempo a gente vai aprendendo certos tipos de coisas que vão nos trazendo maturidade a superar esses tipos de coisas, porque quantas vezes eu mesmo já me perguntei.** (Rafael).

[...] eu sou gay. Então eu falei eu vou falar isso para meu pai, da resposta dele vou decidir, se para ele tanto fez tanto faz, eu vou ficar com minha mãe, né? Então, **quando eu me abri para meu pai, ele super me acolheu, ele me aceitou, ele falou que ia estar comigo independente de qualquer coisa e isso foi uma ponte para que eu me aproximasse de novo com meu pai, então através disso hoje eu e meu pai temos uma**

relação muito forte que eu não tenho com minha mãe, minha mãe me apoia em tudo, menos nisso. E já nisso, meu pai me apoia, então criou uma balança, então eu tenho minha mãe, mas o que eu mais precisava que minha mãe me apoiasse, **meu pai me apoia**, então nisso fez com que **quando eu tenho... assim... quando eu estou um pouco triste e tal, eu vou pra meu pai, meu pai ele consegue me acolher mais do que minha mãe [...].** (Vitor).

Acredito que todos nós vamos ter um futuro brilhante, porque **a gente não vai levar isso com a gente**, entendeu? Minha mãe já passou por muitas coisas na vida dela e hoje ela conseguiu vencer, conseguiu superar, porque a gente não? Porque a gente não vai conseguir?! (Antônio).

A questão do perdão mostra-se um fator importante por mostrar a possibilidade de (re)construção dos laços familiares, tão importantes para o desenvolvimento e a formação do sujeito. Conforme revelado pelos(as) participantes, perdoar ou superar a situação de abandono afetivo paterno pode trazer-lhes algumas benefícios, tais como: a paz mental, maturidade emocional e a possibilidade de (re)encontrar apoio emocional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a discutir percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador, sem deixar de considerar a resignificação pela qual passa a figura paterna na contemporaneidade.

Diante das análises aqui apresentadas, fica claro que, ao se estudar a família, a paternidade e as relações pai-filho(a) na contemporaneidade, é preciso levar em conta as constantes mudanças que esses têm enfrentado e de que forma as questões sociais e culturais têm interferido nesse processo. Nas palavras de Donati (2008, p. 227), não podemos perder de vista o processo de morfogênese familiar, no qual a mudança da organização familiar ocorre através de “[...] complexos percursos de interação no tempo entre atores e estruturas socioculturais”.

Por conseguinte, é importante considerar a abordagem relacional proposta por Donati (apud Petrini 2008, p. 28), a qual não está centrada nos indivíduos, nos mecanismos, nas instituições e nas estruturas – que por vezes são considerados como objetos ou coisas –, “[...] mas nas relações sociais que se estabelecem entre sujeitos humanos ao interagirem nas diversas circunstâncias da vida social”. Essa abordagem, por focar a atenção sobre a família como relação, nos “[...] permite ver todas as dimensões dessa relação” (*ibidem*, p. 28). Ademais, na ótica da abordagem relacional apresentada por Donati,

[...] a observação deve focalizar as relações, pois os problemas da família nascem nas relações, não nos indivíduos. Os problemas implicam comportamentos e reações individuais, mas se situam no espaço das relações. Quando se tomam os indivíduos como ponto de partida, não se chega às relações. Pelo contrário, partindo das relações, encontram-se os indivíduos. (PETRINI, 2018, p. 31).

No caso específico desta pesquisa, a abordagem relacional nos ajuda a compreender que, ao estudarmos a questão do abandono afetivo paterno, é preciso considerar as relações sociais entre os sujeitos, aqui em foco a relação pai-filho(a), bem como os fatores sociais e culturais que incidem nessa relação. Sendo assim, além de verificar se havia registro de jovens que, em suas perspectivas, se encontravam em situação de abandono afetivo paterno, percebemos ser necessário considerar o contexto sociocultural no qual os sujeitos estavam inseridos.

As análises dos dados numéricos nos permitiram identificar:

- i. O registro de adolescentes moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador que, considerando suas perspectivas, parecem enfrentar a situação do abandono afetivo paterno.
- ii. Sujeitos inseridos nas mais diferentes configurações familiares: a nuclear, por residirem com pai e a mãe; a monoparental, em que os(as) filhos(as) moram apenas com um dos genitores, pai ou mãe, sendo que destes a maioria mora com a mãe; família estendida, o que implica morar com outros membros da família que não o pai e/ou a mãe; e a família substituta, para o caso daqueles que foram adotados, por exemplo.
- iii. Quanto à família monoparental, destaca-se, como dito, que em sua maioria é assumida pela mãe (37%), embora haja um percentual relevante daquelas conduzidas pelo pai (21%). Isso mostra que tanto mulheres quanto homens têm exercido os papéis e funções que, socialmente, esperava-se que fossem compartilhados entre os genitores.
- iv. A situação de abandono percebida por alguns desses jovens pode ser conjecturada quando 27% dos(as) entrevistados(as) afirmam não verem seus pais, em especial quando associado aos 13% que declararam ver o pai esporadicamente, a cada 15 ou 30 dias, mesmo que 86% informem residir na mesma cidade que seu genitor. Ademais, o abandono pode ser ratificado pelo fato de que 24% consideram que a relação com pai seja ruim.
- v. Um aspecto que pode ser compreendido como positivo é o relato de que 60% dos(as) entrevistados(as) veem seu pai diariamente e 63% se comunicam por outros meio que não pessoalmente. Esse quadro pode significar que pai e filho(a) possuem uma relação de proximidade. Associado a isso, têm-se os percentuais dos que consideram sua relação com pai boa (36%) ou ótima (28%).
- vi. A relevância de dar atenção aos efeitos do abandono afetivo paterno é demarcado pelos 41% dos(as) entrevistados(as) que afirmam sofrer interferência da falta de convívio com o pai. Como discutido ao longo desta pesquisa, segundo diversos estudos e conforme ratificado nas falas do grupo focal, os prováveis efeitos negativos desse abandono podem ter por

consequência: sentimento de abandono, rejeição, culpa, depressão e até mesmo pensamentos suicidas.

- vii. Dentre as atitudes do pai que o(a) filha desaprova, estão aquelas que remetem à situação de abandono afetivo paterno ou entendidos como indicativo de problemas na relação pai-filho(a), a exemplo de: ausência, dificuldade para comunicarem-se e o não estabelecimento da relação de confiança.

Considerando as informações extraídas do grupo focal, destacam-se:

- i) A figura paterna, analisada por meio da palavra “pai”, recebe conotação positiva (e.g. segurança, identidade e alicerce), mas também negativa (e.g. ausência, atraso, ódio e decepção) por parte dos(as) entrevistados(as). O uso desses termos está ligado à qualidade da relação pai-filho(a) e às expectativas que estes possuem do papel do pai na vida dos(das) filhos(as).
- ii) Quanto ao papel do pai na atualidade, verificamos indícios que levam à compreensão de um paradoxo entre as expectativas dos(as) entrevistados(as) – pais presentes, compreensivos e amorosos – e a realidade que observam – ausência paterna, falta de diálogo entre pai e filho, e até mesmo situações de violência no âmbito familiar provocadas pelo pai.
- iii) Embora compreendam que o comportamento do pai possa ser reflexo do modo como esses se relacionavam com seus genitores, tendo alguns deles enfrentado a situação de abandono, os adolescentes esperam que seus pais optem por agir de forma diferente, buscando mostrarem-se presentes afetivamente na vida de seus(suas) filhos(as).
- iv) Outro aspecto positivo a se destacar é a disposição que alguns mostraram de perdoar seus pais pelo abandono, favorecendo, assim, a (re)construção dos laços familiares.

É importante ressaltar que esta pesquisa descreve a situação de adolescentes alunos de uma escola da região suburbana de Salvador, pertencentes às classes populares, com características próprias da periferia de uma grande cidade. Considerando esses achados, é válido citar o estudo de Bustamente (2005,

p. 399) sobre as vivências em torno da paternidade, com oito pais, moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador e identificou que, para os entrevistados, embora não seja suficiente, pois acreditam na importância de serem emocionalmente próximos de seus filhos, o papel de provedor é visto como o mais importante. Sendo assim, “[..] diante da falta de recursos para sustentar os filhos, outras dimensões ficam relegadas, e a tendência é ‘sumir’”, o que se mostra como um empecilho para que haja proximidade afetiva com os filhos, dada a falta de tempo para estar com eles.

Na presente pesquisa, não foi possível averiguar se essa dificuldade financeira seria uma das motivações para o registro de abandono e/ou distanciamento entre pais e filhos(as) na amostra pesquisa. Contudo, é uma possibilidade a ser considerada, já que a realidade observada também diz respeito à vida de sujeitos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Dessa forma, é possível considerarmos que seus pais também enfrentem o dilema de cumprir o papel de provedor ou de cuidador.

Dubiedade semelhante é apresentada por Staudt e Wagner (2008):

Muitos homens acabam encontrando-se em um dilema de estar mais engajado àquilo que estão lhe exigindo para acompanhar as transformações contemporâneas, e, ao mesmo tempo, temerosos em não comprometer sua imagem de virilidade e de macho diante de toda uma sociedade que estimula e valoriza tal característica. (STAUDT; WAGNER, 2008, sem paginação).

Assim, em meio às transformações e complexidades da atualidade, e conseqüentemente a ressignificação da paternidade, o homem vê-se diante da necessidade de agir como um pai com funções múltiplas, estando mais participativo e envolvido (BANDEIRA *et al.*, 2005), ao mesmo tempo em que enfrenta uma sociedade em conflito, pois: “Concomitantemente a essa demanda de um homem mais presente na vida privada, observamos que ainda persiste no senso comum a vinculação da maternidade a uma aura idealizada, diferente da paternidade” (STAUDT; WAGNER, 2008, sem paginação).

Moreira e Rabinovich (2010) citam outros estudos voltados para as famílias do Subúrbio Ferroviário de Salvador que também identificaram registro de ausência paterna. A pesquisa realizada por Santos na década de 1990, embora não tivesse por foco o pai, apresenta algumas informações relevantes a respeito da paternidade.

A autora registrou um índice considerável de pais ausentes, sendo que cerca de 42%, entre os casos em que os pais não moram juntos, o pai nunca ou raramente mantém contato com o filho. As autoras fazem referência também ao estudo desenvolvido por Petrini e outros, desenvolvido na mesma região, o qual verificou que, enquanto que as mães eram consideradas pelos filhos como figura fundamentais, o pai era mais ausente, e por vezes desconhecido dos participantes.

Dessa forma, vê-se que a realidade vivenciada pelos sujeitos – crianças, jovens e adolescentes –, no que diz respeito ao enfrentamento da situação de abandono afetivo paterno, parece não ter se alterado significativamente. Nesse respeito, é válido mais uma vez evocar a teoria relacional defendida por Donati (2008), haja vista que esta tem por objetivo não apenas identificar e compreender os problemas que atingem as famílias, mas também planejar e realizar intervenções no plano familiar. Em outras palavras podemos afirmar que as famílias moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador, em especial os(as) filhos(as) dessas famílias, carecem de atenção no enfrentamento de questões sociais relacionados à família.

Quanto à relação entre o desenvolvimento humano e o abandono afetivo paterno, podemos ressaltar as consequências que tal ausência pode provocar nos adolescentes. Como dito, tais efeitos podem se estender até a idade adulta e/ou até mesmo afetar o modo como estes como se relacionarão com o(a) filha(a), caso venham a tornarem-se pais. Retomando os estudos de Gomes e Resende (2004), notamos que os pais ausentes emocionalmente poderão gerar filhos que serão: ou pais presentes no cuidado, na provisão, mas psiquicamente distantes no afeto, produzindo uma geração desamparada emocionalmente; ou pais extremamente afetuosos e protetores, construindo uma geração de filhos despreparados para enfrentarem as adversidades da vida por terem sido superprotegidos. Isso porque quando o homem torna-se pai ele dará significado à sua paternidade de acordo com os sentimentos vividos como filho.

Entretanto, não podemos esquecer o fato de que diferenças nas repercussões da ausência paterna para o desenvolvimento do adolescente poderão ser identificadas, a depender de alguns fatores, tais como: os seus recursos emocionais individuais, o manejo dos membros da família e a presença de uma rede de apoio social com a qual ele possa contar, a fim de minimizar os efeitos adversos dessa condição familiar.

Ademais, muitas consequências do abandono paterno poderão ser superadas pelos filhos quando tornarem-se pais, porque sempre há uma margem de liberdade que permite a cada pessoa não viver apenas dos condicionamentos sociais e psicológicos que procedem de seu passado. Acrescido a isso, é preciso reconhecer que nem todos os sujeitos que por ventura estejam enfrentando ou tenham enfrentado a situação de abandono afetivo estão fadados ao enfrentamento de problemas de natureza biopsicossocioemocional já que eles podem ressignificar tal realidade ou pelo fato de que tal situação de abandono não virá a resultar em consequências negativas para suas vidas. Em outras palavras, não se tem a pretensão, neste trabalho, de estabelecer uma relação determinista entre o abandono afetivo paterno e efeitos negativos.

Assim, ratificamos o reconhecimento de que o papel paterno contemporâneo é permeado pela pluralidade, sendo necessário levar em consideração o contexto sociocultural em que os sujeitos estão inseridos.

Por fim, reconhecemos que, como toda pesquisa, enfrentamos algumas limitações e, por isso, não obtivemos respostas para alguns questionamentos. Além disso, essa limitação não nos permite generalizar os resultados, embora possibilite, mesmo que parcialmente, a compreensão da questão do abandono afetivo paterno. Assim sendo, faz-se necessário a produção de estudos futuros que possam fornecer uma melhor compreensão dessa realidade e oferecer subsídios para seu enfrentamento.

Além do mais, ressaltamos que esta pesquisa descreve a situação de sujeitos estudantes de uma escola da região suburbana de Salvador, com suas particularidades. Dessa feita, seria interessante uma investigação muito mais ampla que permitisse ter uma ideia quantitativamente confiável da situação de abandono em toda a Bahia, e nas outras regiões do país, inclusive, procurando ver se há diferenças entre estados do norte e do sul, associado à condição socioeconômica, tipo de trabalho (no campo, na indústria, nos serviços) e outras, variáveis (descendência de migrantes, pertença religiosa, escolaridade dos pais, etc.).

Outra proposta de estudo futuro seria averiguar se as respostas a respeito da relação pai-filho(a), com visão negativa e/ou positiva são mais masculinas ou mais femininas, o que melhor auxiliaria na compreensão da temática, haja vista não termos localizado estudos com essa abordagem.

Seria interessante, também, investigar se o abandono do filho(a) adolescente coincide com o abandono da mãe, porque um homem é pai por duas relações: a com o filho que gerou e a com a mulher junto com a qual o gerou. Desse modo, poderíamos melhor compreender de que forma a qualidade da relação entre o marido e a esposa tem relação para a qualidade da relação do pai com o filho. É ainda preciso levar em consideração que a natureza ajuda a mãe a perceber-se como mãe e a assumir tal condição. O pai não é ajudado pela natureza. É de fundamental importância o contexto cultural que pode incentivar a ser pai e, sobretudo, a mãe pode convocar o seu marido a assumir a condição de pai, desde o momento da gravidez, acompanhando a evolução, o pré-natal, na ultrassonografia, e assim por diante.

Contudo, havemos de reconhecer que este estudo apresentou significativa compreensão a respeito da temática do abandono afetivo paterno, levando em consideração a ótica de adolescentes, moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador, ou seja, pertencentes às classes de baixa renda, que enfrentam realidades histórico-sociais distintas de outras camadas da sociedade e que ainda carecem de atenção por parte dos mais diferentes setores sociais.

Conclui-se, portanto, que, em alguns jovens, registra-se a percepção de estarem enfrentando a situação do abandono afetivo paterno, o que pode vir a incidir negativamente sobre seu desenvolvimento biopsicossocioemocional, e que isso imputa a urgência de intervenções de diferentes instâncias da sociedade. Por outro lado, há aqueles(as) para os/as quais a relação efetiva paterna é satisfatória, indicando assim uma boa relação entre pais e filhos(as).

REFERÊNCIAS

ANATRELLA, Tony. Famílias fragmentadas. **Revista Communio**, v. 28, n. 4. ed.104, ago./dez. 2009. Rio de Janeiro: COMMUNIO, 2009.

ANDRÉ, Maria Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

BANDEIRA, Márcia Sampaio *et al.* O cuidado parental e o papel do pai no contexto familiar. *In*: PONTES, Fernando Augusto Ramos *et al.* (Org.). **Temas Pertinentes à Construção da Psicologia Contemporâneo**. Belém-Pará: UFPA, 2005. p. 191-230.

BELTRAME, Greyce Rocha; BOTTOLI, Cristiane. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 205-226, jan./jul. 2010.

Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1380/10910>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BERALDO, Guilherme de Souza; TRINDADE, Ellika. Novos pais, novos homens? Paternidade e identidade masculina no contexto pós-moderno. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. v. 1, n. 2, p. 56-75, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/13611>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BICCA, Charles. **Abandono afetivo: o dever de cuidado e responsabilidade civil por abandono de filhos**. Brasília, DF: OWL, 2015.

BOSSARDI, Carina Nunes; VIEIRA, Mauro Luís. Cuidado paterno e desenvolvimento infantil. **Revista de Ciências Humanas**, v. 44, n. 1, p. 205-221, abr. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/2178-4582.2010v44n1p205/14442>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRITO, L. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 32-45, mar. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932007000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2019.

BUSTAMANTE, Vânia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a06>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CIA, Fabiana; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; AIELLO, Ana Lúcia Rossito. Influências paternas no desenvolvimento infantil: revisão da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, p. 225-233, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000200005>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CORREIA, Mônica F. B.; LIMA, Anna Paula Brito; ARAÚJO, Claudia Roberta de. As contribuições da psicologia cognitiva e a atuação do psicólogo no contexto escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001, v. 14, n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000300010>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Pai presente e certidões**. 2 ed. 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. **Pensando famílias**, v. 17, n. 1, p. 28-40, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 mar. 2019.

DAMIANI, Camila Ceron; COLOSSI, Patrícia Manozzo. A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos. **Pensando família**, v. 19, n. 2, p. 86-101, dez. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200008. Acesso em: 14 abr. 2019.

DIAS, Cláudia Augusto. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Informação & Sociedade: Estudos*, Paraíba, v. 10 n. 2, p. 1-12, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

DONATI, P. **Família no século XXI**: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FITERMAN, Hannh; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Primeiros passos de um pai: relato de caso a cerca do envolvimento paterno durante a gestação, nascimento e aos três primeiros meses do bebê. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira; ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale (Org.). **Paternidade na Sociedade Contemporânea – O Envolvimento Paterno e as Mudanças na Família**. Curitiba: Jaruá, 2016. p. 101-121.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. História da família no Brasil (Parte II). *In*: BASTOS, Ana Célia de Sousa *et al.* (Org). **Família no Brasil: recurso para a pessoa e sociedade**. Curitiba, Jaruá, 2015b. p. 67-110.

FONTES, Ana Maria Moraes. Violência nas escolas: A crise da autoridade. **Educação em foco**, v. 15, n. 1, p. 77-85, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/05/Artigo-04-15.1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert (Orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes Concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a13.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GEHM, Tauane Paula. **Reflexões sobre o estudo do desenvolvimento na perspectiva da análise do comportamento**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-28062013-161959/publico/gehm_me.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GINGER, Serge; GINGER, Anne. **Gestalt: uma terapia do contato**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1995.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**. O que o sentido não consegue transmitir. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2010.

MACANA, Esmeralda Correa. **O papel da família no desenvolvimento humano: o cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais**. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/109267>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MACIEL, Maria Regina *et al.* A infância em Piaget e o infantil em Freud: temporalidades e moralidades em questão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.

20, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n2/2175-3539-pee-20-02-00329.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MANFROI, Edi Cristina; MACARINI, Samira Mafioletti; VIEIRA, Mauro Luis. Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 21, n. 1, p. 59-69, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000100007. Acesso em: 10 abr. 2019.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira, SILVA, Célia Nunes. Olhares de crianças baianas sobre família. **Paidéia**, v. 19, n. 42, p. 77-85, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n42/10.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. O pai em pesquisas sobre família. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco de Barros. **O pai na sociedade contemporânea**. Bauru-SP, EDUSC, 2010. p. 167-186.

MINAYO, Maria Cecília de; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>. Acesso em: 10 fev. 2019.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PAPALIA, Daiane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Trad. Carla Filomena Marques Pinto Vercesi *et al.* 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. Disponível em: <http://sandrachiabi.com/wp-content/uploads/2017/03/desenvolvimento-humano.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PASSOS, Maria Consuelo. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. **Mental**, v. 5, n. 9, p.117-130, nov. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272007000200008&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 28 fev. 2019.

PERLS, F. **Gestalt-terapia explicada**. 11 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1969.

PERUCCHI, Juliana; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Aspectos políticos da normalização da paternidade pelo discurso jurídico brasileiro. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 15, p.139-156, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100010. Acesso em: 24 fev. 2019.

PETRINI, Giancarlo. A Figura Paterna: Dimensão Dramática das Relações Entre Pais e Filhos. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira; ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale (Org.). **Paternidade na Sociedade**

Contemporânea – O Envolvimento Paterno e as Mudanças na Família. Curitiba: Juruá, 2016. p. 19-34.

PETRINI, João Carlos. Família na abordagem relacional de Pierpaolo Petrini. *In*: DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: Abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008. p.11-46.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

PICCININI, Cesar Augusto *et al.* O envolvimento paterno durante a gestação. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, p. 303-314, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300003>. Acesso em: 21 fev. 2019.

PINTO, Jeremias Pereira. **Transformações socioespaciais do Bairro de Itacaranha a partir da abertura da Avenida Afrânio Peixoto em Salvador-BA**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.

PLECK, Elizabeth H.; PLECK, Joseph H. Fatherhood ideals in the United States: Historical dimensions. *In*: LAMB, Michael E. (Org.) **The role of the father in child development**. New York: John Wiley & Sons, 1997. p. 33-48.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico dos seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>. Acesso em: 20 jul. 2019.

RABELO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. 2018. Disponível em: <https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SALSINHA, Helena. Influência do contexto familiar no desenvolvimento vocacional de crianças e adolescentes. **Psicologia.pt: O portal dos psicólogos**. 2011. Disponível em: psicologia.pt/artigos/textos/TL0251.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

SGANZERLA, Ilciane Maria; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: Análise da literatura. **Psicologia em Revista**, v. 16, n. 2, p. 295-309, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200005. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, Adriana Soares de. **A função da família no processo de desenvolvimento de filhos com deficiência intelectual**. 2015. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:

http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/15049/1/2015_AdrianaSoaresDaSilva_tcc.pdf
f. Acesso em: 10 ago. 2019.

SILVA, Maria Madalena Lima silva. **A contribuição dos tios e tias na vida dos sobrinhos em uma escola pública de um bairro da periferia de Salvador-BA.** 2019. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

SILVA, Milena da Rosa; PICCINNI, Cesar Augusto. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n. 4, p. 561-573, out.-dez., 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a15.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SILVA, Nancy Capretz Batista da *et al.* Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2008.

SOEJIMA, Carolina Santos; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. O que leva uma mãe a abandonar um filho? **Aletheia**, n. 28, p.174-187, dez. 2008. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942008000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2019.

STAMATO, Juliane Stamato Taube. **A família e a questão da negligência: papéis atribuídos e relações estabelecidas.** 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/98537>. Acesso em: 10 fev. 2019.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: teoria e prática**, v.10, n.1, p.174-185, jun. 2008, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v10n1/v10n1a13.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

TEJADAS, Silvia da Silva. O sistema de justiça e a família: entre a tutela, a punição e a garantia de direitos. In: COELHO DE SOUZA, Ivone Maria Cândido (Org.). **Parentalidade: análise psicojurídica.** Curitiba: Juruá, 2009. p. 229-253.

TERRA, Márcia Regina. **O desenvolvimento humano na teoria de Piaget.** [2018?]. Disponível em:
<https://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/d00005.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TRAPP, Edgar Henrique Hein; ANDRADE, Railma de Souza. As consequências da ausência paterna na vida emocional dos filhos. **Revista Ciência Contemporânea**, v. 2, n.1, p. 45-53, jun./dez. 2017. Disponível em:
http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?id_revista=31. Acesso em: 20/08/2019.

VYGOTSKI, Lev. **O desenvolvimento psicológico na infância.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEISHAUPT, Gisele Carla; SARTORI, Giana Lisa Zanardo. Consequências do abandono afetivo paterno e a (in) efetividade da indenização. **Perspectiva**, Erechim, v. 38, n. 142, p. 17-28, jun. 2014. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/142_415.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Pesquisa: Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador

Dados de identificação

Data: ____/____/____

Nome completo:	Idade:	Telefone:
Estado civil:	Série escolar:	
Principal origem de renda familiar: () pai () mãe () outros		
Sexo: () Homem () Mulher () Outro _____		

1 – Com quem você reside?

() pai () mãe () outros parentes () amigos () sozinho

2 – Seu pai reside na mesma cidade que você mora?

() sim () não

3 – Os seus pais são casados?

() sim () não

3 – Com que frequência você vê seu pai? (para caso de pais divorciados)

() todos os dias () 15 dias () 30 dias () não vejo

4 – Você mantém contato com seu pai por outros meios (telefone, internet, etc.)

() sim () não

5 – Como você considera a relação com seu pai?

() não possui () ruim () boa () ótima

6 - Caso não conviva com seu pai, acredita que isso interfere em alguma área da sua vida?

() sim () não

7 – Quais atitudes do seu pai você reprova?

() consumo de bebida alcoólica () atitudes violentas () rigidez

() outros

Obrigado pela colaboração!

Pesquisadores responsáveis:

João Paulo Pereira de Oliveira

Giancarlo Petrini

APÊNDICE B – QUESTÕES DISPARADORAS DO GRUPO FOCAL

Pesquisa: Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador

1. O que lhe vem a mente quando ouve a palavra pai?
2. Como você vê o papel dos pais na atualidade?
3. O que você pensa sobre o seu pai?
4. Como é a convivência com o seu pai?
5. O que representa o seu pai em sua vida?

Pesquisadores responsáveis:

João Paulo Pereira de Oliveira

Giancarlo Petrini

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador

Nome do Pesquisador Principal/Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini

Nome do Pesquisador Assistente/Aluno: João Paulo Pereira de Oliveira

1. **Natureza da pesquisa:** o sr./a sra. está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade, mediante entrevistas, discutir as consequências do abandono afetivo paterno para o desenvolvimento humano, considerando os novos significados da figura paterna no contexto atual.
2. **Participantes da pesquisa:** a pesquisa será realizada com 100 alunos entre 12 e 18 anos que cursam entre o 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio na Escola Clériston Andrade, em Salvador – Ba.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo, o sr./a sra. permitirá que o pesquisador João Paulo Pereira de Oliveira realize uma entrevista com perguntas previamente estabelecidas para fins científicos. O sr./a sra. tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o sr./a sra. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as entrevistas:** As entrevistas serão realizadas no seu ambiente escolar em horário combinado antecipadamente. As perguntas refletem o interesse dos pesquisadores a respeito do seu entendimento sobre o abandono afetivo paterno.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. As perguntas dizem respeito ao que você pensa sobre o tema abordado. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Para tanto, estamos empenhados em manter a pesquisa dentro dos parâmetros solicitados pelo Comitê de ética, a fim de resguardar os participantes.

Mas, se ainda assim, o participante se sentir desconfortável ou se quaisquer questões associadas a essa pesquisa lhe causarem algum dano psíquico, um psicólogo, já designado por essa pesquisa, estará à disposição. Além disso, estaremos disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas e solucionar qualquer tipo de problema relacionado à realização dessas entrevistas.

6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e o orientador terão conhecimento dos dados.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o sr./a sra. não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o tema referido acima, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ampliar o estudo sobre o abandono afetivo paterno. O pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.
8. **Pagamento:** o sr./a sra. não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome/Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador
João Paulo Pereira de Oliveira
E-mail: joaop.oliveira@ucsal.edu.br

Assinatura do Orientador
Giancarlo Petrini
E-mail: giancarlo.petrini@ucsal.br

APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO (PARA MENOR)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador”. Neste estudo, pretendemos discutir o abandono afetivo paterno, ressaltando aspectos referentes às mudanças pelas quais a sociedade atravessou e influenciaram direta ou indiretamente o papel do pai na configuração familiar

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a ausência de estudos relacionados ao abandono afetivo paterno e esclarecimentos acerca da possível relação com aspectos bio-psicológicos que afetam o desenvolvimento humano.

Para este estudo, adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): i) Coleta e análise de dados na Escola Estadual Clériston Andrade com 100 alunos entre 12 e 18 anos que cursam entre o 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio; ii) Levantamento de bibliografia referente ao tema; iii) Análise e recorte do material teórico-crítico; iv) Articulação do referencial teórico com a discussão sobre o tema.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o

mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado encaminhamento para atendimento psicológico em clínica-escola para atendimento psicológico no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, ____ de _____ de 20____ .

Assinatura do(a) menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador – CEP/UCSal

Atendimento: Segunda à sexta: 8h às 12h.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902

Tel.: (71) 3203-8913 | E-mail: cep@ucsal.br

Pesquisador Responsável: João Paulo Pereira de Oliveira

Endereço: Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902

Tel.: (71) 991083005

E-mail: joaop.oliveira@ucsal.edu.br